

Relatório e
Contas
2012



TRANQUILIDADE



Companhia de Seguros
TRANQUILIDADE, S.A.
Av. da Liberdade, n.º 242
1250 – 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de
Registo Comercial de Lisboa
NIPC: 500 940 231
www.tranquilidade.pt



Índice Geral

4	Órgãos Sociais
6	Relatório do Conselho de Administração
16	Demonstrações Financeiras
20	Demonstração do Rendimento Integral
22	Mapa de Variação de Capitais Próprios
24	Demonstração de Fluxos de Caixa
26	Anexo às Demonstrações Financeiras
72	Divulgação das Políticas de Remuneração
82	Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

01. Órgãos Sociais

**Melhor Grande
Seguradora
Não Vida**



A Tranquilidade foi distinguida como a “Melhor Grande Seguradora Não Vida” pela Revista Exame. Esta é já a quarta vez que a Companhia é galardoada, desde que a iniciativa foi criada, em 2000.

01. Órgãos Sociais

Assembleia-Geral

Presidente

Luís Frederico Redondo Lopes

Secretário

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Conselho de Administração

Presidente

Rui Manuel Leão Martinho

Vogais

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Miguel Luís Kolback da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques

Bernardo Leite Faria Espírito Santo

Comissão Executiva

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Membros

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

Alexandre da Paixão Coelho

Vogais

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogal Suplente

José Ramos Teles de Matos

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado

em representação de KPMG e Associados



Peter de Brito e Cunha
Presidente



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente

Comissão Executiva

02. Relatório do Conselho de Administração

**Seguradora
com Melhor
Reputação**

**REPUTATION
INSTITUTE** 

A Tranquilidade integra o *ranking* das 30 empresas com melhor reputação em Portugal do Reputation Institute, posicionando-se em primeiro lugar no setor segurador nacional, e no segundo lugar na zona Ibérica.

02. Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2012.

2.1. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2012 ficou marcado pela desaceleração da atividade económica a nível global e pela contração do PIB na Zona Euro. Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as políticas orçamentais restritivas e a desalavancagem do setor privado nas principais economias desenvolvidas, o arrefecimento da procura e os receios de um *hard landing* na China, e a incerteza associada à crise da dívida da Zona Euro. Este último fator foi particularmente visível na primeira metade do ano, em função da instabilidade política e orçamental na Grécia e, também, de um contágio crescente da crise a economias como Espanha ou Itália.

2.1.1. Situação Económica Internacional

Na Zona Euro, apesar da desaceleração da atividade económica e da contração do PIB, a segunda metade do ano foi, no entanto, marcada pela estabilização dos mercados financeiros e pelo recuo dos receios de fragmentação da Zona Euro, neste caso expresso na diminuição significativa dos *spreads* dos títulos de dívida pública das economias da periferia face à Alemanha.

Para além de alguns progressos no sentido de uma maior integração financeira e orçamental, esta melhoria do sentimento resultou sobretudo da criação, por parte do BCE, das *Outright Monetary Transactions*, que abriram a possibilidade de compra ilimitada de dívida pública de economias da Zona Euro, em complemento a um eventual programa de assistência financeira formal do ESM (*European Stability Mechanism*).

A maior propensão ao risco a nível global resultou também dos efeitos de políticas monetárias fortemente expansionistas seguidas pelos principais bancos centrais, num contexto de pressões inflacionistas reduzidas. Destaca-se o reforço do *quantitative easing* por parte da Reserva Federal americana, com o chamado QE3, para além das *long term refinancing operations* do BCE e do *quantitative easing* dos Bancos Centrais de Inglaterra e do Japão.

Após um último corte de 25 bps em julho, o BCE manteve a principal taxa de juro de referência inalterada em 0,75% até ao final do ano. No conjunto de 2012, a Euribor a 3 meses caiu de 1,356% para 0,187% e o euro apreciou-se 1,8% face ao dólar, para EUR/USD 1,32.

Nos EUA o índice S&P500 valorizou-se 13,4%. Na Europa, os índices DAX e CAC40 registaram ganhos anuais de 29,1% e 15,2%, respetivamente. Embora com registos menos favoráveis no conjunto do ano (2,9% e -4,7%, respetivamente), os índices PSI-20 e IBEX registaram valorizações pronunciadas no 4º trimestre, 8,7% e 5,95%, respetivamente.

Refletindo o perfil de evolução do sentimento ao longo do ano, o preço do petróleo (Brent) registou uma queda entre o 1º e o 2º trimestres, de

USD 123,8 para USD 97/barril, recuperando a partir do Verão e fechando o ano em USD 111,9/barril, o que representou uma subida de cerca de 4% face à cotação observada no final de 2011.

O PIB dos Estados Unidos cresceu 2% em 2012, o que significou uma ligeira aceleração face ao ano precedente, embora o comportamento da atividade se tivesse revelado irregular ao longo do ano. O consumo privado cresceu moderadamente, com uma melhoria tendencial do sentimento das famílias. O investimento produtivo revelou-se enfraquecido, refletindo baixos níveis de confiança dos empresários e uma elevada incerteza em relação ao quadro orçamental. As exportações evidenciaram um andamento relativamente animado nos primeiros seis meses do ano, perdendo dinamismo na segunda metade do ano, em particular devido à crise da Zona Euro.

Os efeitos não ocorreram apenas no comércio externo norte-americano, tendo as incertezas que perpassaram na região – envolvimento do setor privado no perdão da dívida grega, as eleições legislativas na Grécia, as eleições presidenciais francesas, a queda do governo holandês, a instabilidade no sistema financeiro espanhol e os rumores de um pedido de resgate deste país – contribuído seguramente para a apreciação do dólar durante o primeiro semestre e para a valorização dos *Treasuries* (vistos como ativo de refúgio). A maior estabilização da Zona Euro, após o forte empenhamento do BCE na defesa do euro, retirou fulgor ao dólar e interrompeu os ganhos no mercado de taxa fixa, na segunda metade do ano.

O mercado habitacional, uma das atividades mais penalizadas com a grande recessão, que deteriorou fortemente a riqueza das famílias e o consumo privado, conheceu, em 2012, sinais de recuperação. O mercado de trabalho, por sua vez, igualmente atrasado na recuperação, registou também melhorias, embora sem o dinamismo necessário que permita uma descida rápida da taxa de desemprego. Do 1º para 2º semestre, a criação líquida de emprego aumentou de 14 mil postos de trabalho em termos médios mensais, para 160 mil por mês, permitindo uma redução da taxa de desemprego de 8,3% para 7,8% da população ativa, entre o início e o final de 2012.

A ausência de uma retoma firme da atividade e a persistente resistência à descida rápida da taxa de desemprego conduziu a autoridade monetária a aprofundar a política expansionista, num contexto de expectativas inflacionistas bem contidas e num ano em que as eleições presidenciais condicionaram a ação da política fiscal. A Reserva Federal decidiu, em junho, prolongar até ao fim do ano a Operação Twist, de alongamento do prazo médio dos ativos na posse do seu balanço, garantindo a manutenção da taxa *fed funds* no intervalo entre 0% e 0,25%, até final de 2014.

2.1.2. Situação Económica Nacional

Em Portugal, a conjuntura económica em 2012 ficou, sobretudo, marcada pela execução do programa de ajustamento económico e financeiro. A desalavancagem em curso no setor privado, conjugada com uma política orçamental fortemente restritiva e com o arrefecimento da atividade na Zona Euro, contribuiu para uma contração real do PIB de 3,2%, com recuos significativos do consumo e do investimento e com um aumento do desemprego para valores próximos de 16% da população ativa.

As despesas das famílias caíram 5,6%, refletindo a forte queda do rendimento disponível (3,6% em termos reais) e o aumento da poupança, para um valor ligeiramente acima de 11% do rendimento disponível. Num contexto de aumento da incerteza em relação à política orçamental e às perspetivas de evolução da atividade, os agentes económicos retraíram as respetivas despesas e aumentaram as respetivas poupanças, motivados por um sentimento de precaução. O consumo privado foi ainda penalizado por uma inflação relativamente elevada (2,8% em termos médios anuais), pressionada pelo aumento dos impostos indiretos.

O investimento voltou, por sua vez, a registar uma forte queda, de 15,2% (13,8% no ano anterior), comum a todos os setores da economia. Este agregado foi penalizado não apenas por condições de financiamento restritivas mas, também, por um recuo na procura de crédito por parte das famílias e empresas. O esforço de desalavancagem e, no caso das empresas, as perspetivas negativas para a procura, terão sido determinantes nesta evolução.

Embora seguindo uma tendência de desaceleração, em particular na parte final do ano, as exportações mantiveram um desempenho anual favorável, embora em queda no final do ano, com um crescimento superior a 3% em termos reais. As vendas ao exterior foram, naturalmente, penalizadas pela conjuntura recessiva na Zona Euro (em particular, em Espanha), mas observaram crescimentos ainda elevados, de dois dígitos, para mercados exteriores à União Europeia.

Este desempenho, conjugado com uma forte quebra das importações (superior a 7%) e com um aumento da poupança interna, traduziu-se numa melhoria marcada do saldo externo, de 5,1% do PIB em 2011 para um excedente de 0,8% do PIB no final de 2012. Para esta evolução contribuíram todos os setores, com as famílias e o setor financeiro a aumentarem a respetiva capacidade líquida de financiamento e com as sociedades não financeiras e as Administrações Públicas a reduzirem as suas necessidades líquidas de financiamento.

O défice público deverá ter atingido um valor próximo da meta (revista) de 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto, em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA. A dívida pública manteve ainda uma tendência de subida, atingindo 120% do PIB, mais 12 p.p. do que em 2011.

As avaliações positivas da execução do programa de ajustamento e a ação estabilizadora do BCE contribuíram para uma melhoria gradual das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, expressa numa redução significativa das *yields* da dívida pública e dos *spreads* de crédito, bem como na reabertura dos mercados de dívida *wholesale* para empresas e bancos.

A rendibilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos atingiu um máximo anual próximo de 17,4% no final de janeiro de 2012, tendo fechado o ano num valor próximo de 7% (e com a tendência de descida a manter-se no início de 2013). A maior abertura dos investidores externos à economia portuguesa refletiu-se, ainda, numa execução favorável do programa de privatizações, com receitas totais próximas de 5,5 mil milhões de euros, acima das expectativas.

2.1.3. Mercado Segurador

Depois da contração sem paralelo da produção de seguro direto em 2011, que recuou para um volume inferior ao de 2005, 2012 voltou a registar uma quebra, embora menos significativa, na produção de seguro direto. Os prémios emitidos ascenderam a 10 911 milhões de euros, o que representa uma quebra de 831 milhões de euros (-7,1%) em relação ao ano anterior.

A evolução negativa que se registou no mercado segurador deveu-se essencialmente à quebra verificada no ramo Vida, apesar da produção dos ramos Não Vida também ter registado uma variação negativa. Com

prémios de 6 924 milhões de euros e uma taxa de variação de -8,9%, o segmento Vida voltou a perder peso no total da produção (de 74,5%, em 2010, para 64,7% em 2011 e 63,5% em 2012).

A queda do rendimento disponível dos particulares, com a consequente diminuição do volume da poupança, contribuiu para a quebra dos produtos com uma componente mais financeira e de poupança para a reforma. Os PPR, que para além destes fatores, também foram afetados pela redução dos incentivos fiscais, registaram uma produção inferior à do ano anterior em 14,1%. Os produtos de risco apresentaram uma evolução mais alinhada com o desempenho global da atividade económica (-2,0% em relação a 2011).

No segmento Não Vida também se registou um decréscimo da produção, tocando com maior intensidade alguns ramos mais sensíveis a variáveis macroeconómicas. O volume de prémios atingiu 3 987 milhões de euros (-3,8% em relação ao ano anterior) com destaque positivo para o ramo Saúde (+2,2%) demonstrando o crescente interesse dos consumidores por esse tipo de proteção. Também os ramos Multirriscos (+1,7%), em especial Habitação, continuaram a ver a sua produção aumentar, expressando uma crescente sensibilidade para a gestão dos riscos e para a proteção em tempos de incerteza.

Com uma queda assinalável na produção, o ramo Acidentes de Trabalho (-10,6%) refletiu a redução do emprego e a contenção da massa salarial da economia, mas também uma nova atenuação dos níveis tarifários médios. Também a produção do ramo Automóvel sofreu uma forte quebra (-5,4%) justificada pela necessidade de redução de custos das famílias e empresas e também pela redução do prémio médio potenciada pela pressão concorrencial existente.

O peso da atividade seguradora no PIB diminuiu de 6,86% em 2011 para 6,40% em 2012. O segmento Vida representa 4,06% do PIB e o Não Vida representa 2,34% (4,44% e 2,42% em 2011, respetivamente).

Apesar da redução da produção de seguros, e de acordo com as contas provisórias do setor segurador, os resultados líquidos do exercício foram muito positivos. O total do setor apresentou resultados antes de impostos de cerca de 876 milhões de euros, sobre o qual incidiu uma carga fiscal de perto de 334 milhões de euros (taxa efetiva superior a 38%) resultando um resultado líquido global perto dos 540 milhões de euros, que compara com os cerca de 10 milhões de euros alcançados em 2011.

Para este resultado muito contribuiu a recuperação dos mercados de capitais observada em 2012, sobretudo no segmento da dívida. A componente financeira terá atingido os 720 milhões de euros (313 milhões de euros em 2011) e a componente técnica os -180 milhões de euros (-303 milhões de euros em 2011). De notar que o resultado de 2012 está influenciado por uma operação extraordinária de cedência de uma carteira vida-risco no valor de 240 milhões de euros. Expurgando o efeito desta operação extraordinária o resultado global do setor ascenderia aos 380 milhões de euros.

O ramo Vida, mais sensível à volatilidade dos mercados financeiros, foi o mais beneficiado por tal evolução, apresentado um resultado da conta técnica superior ao do ano anterior em 800 milhões de euros.

Também o segmento Não Vida deu o seu contributo para a evolução positiva dos resultados em 2012, com um crescimento de 40 milhões de euros no resultado da conta técnica, beneficiado pela evolução positiva da componente financeira.

2.2. Factos Relevantes em 2012

Desde o início da crise financeira dos mercados internacionais, em 2008, o mercado segurador Português tem evidenciado uma contração.

Em 2012, a situação económica Portuguesa agravou-se com a persistência da crise das dívidas soberanas, a contração do crédito à economia, a continuação do processo de consolidação orçamental, o aumento de impostos, os cortes nos salários e nos subsídios, a redução do investimento e um nível de desemprego sem precedentes. O setor segurador não ficou imune a esta crise e sofreu uma contração acentuada em Não Vida (-3,8%) e Vida (-8,9%).

No mercado Não Vida, os ramos obrigatórios de Acidentes de Trabalho (AT) e Automóvel foram os mais afetados.

O ramo Acidentes de Trabalho regrediu 10,6% devido ao aumento das falências e redução da massa salarial segura. Em simultâneo, o aumento da competição entre seguradoras continuou a provocar o decréscimo das taxas praticadas, atingindo-se níveis preocupantes para o setor.

O ramo Automóvel recuou 5,4% devido ao *downgrade* das coberturas contratadas, ao aumento do número de veículos em circulação sem seguro e, igualmente, à pressão competitiva entre seguradoras nos preços praticados.

Esta pressão sobre os preços veio interromper o processo de ajustamento dos preços dos seguros obrigatórios ao custo do risco, que vinha ocorrendo progressivamente no mercado. Consequentemente, a sinistralidade do mercado degradou-se e o rácio combinado Não Vida continuou acima dos 100%.

Em 2012, e apesar da envolvente difícil, a Tranquilidade resistiu solidamente. Demonstrou, uma vez mais, estar numa rota consistente. A Tranquilidade alcançou 8,4% de quota de mercado (+0,3 p.p. face a 2011) e ascendeu ao 2º lugar do *ranking* Não Vida, tornando-se a maior seguradora privada a operar em Portugal.

Todos os canais tiveram um desempenho acima do mercado:

- A rede de Parceiros Exclusivos cresceu 3 p.p. acima do mercado;
- A rede de Parceiros Multimarca também cresceu 3 p.p. acima do mercado;
- Os Corretores cresceram 6 p.p. acima do mercado;
- Os programas de bancasseguros colaborativa com o Banco Espírito Santo (nos segmentos de Empresas), sempre em sã convivência com a rede de Parceiros Profissionais, contribuíram com 15% da receita da Tranquilidade nestes segmentos;
- As Redes de Retalho Alternativas, com um acréscimo de 78% dos prémios face a 2011, contribuíram muito positivamente para o desempenho da área de retalho da Tranquilidade, em particular em Automóvel, produto onde já representam 4% da receita nova.

A Tranquilidade alargou, ao longo de todo o ano, a sua base de Clientes Não Vida e Vida, que ascende agora a aproximadamente 666 000 Clientes (≈+9 700). Todos os segmentos de Clientes registaram um crescimento diferencial positivo, ou em linha, face ao mercado: Particulares (+2 p.p.), Negócios (≈ 0 p.p.) e Empresas (+5 p.p.).

Os produtos âncora Automóvel e Acidentes de Trabalho, apesar de decrescerem, tiveram um desempenho acima do mercado com um diferencial de crescimento de +5 p.p. e +4 p.p., respetivamente. Também os produtos da área *Property & Casualty* (P&C), se revelaram uma aposta ganha pela Tranquilidade, com um diferencial de crescimento face ao mercado de 4 p.p. em Incêndio e Outros Danos e 7 p.p. em Responsabilidade Civil.

O investimento nos produtos Vida Risco também deu frutos e é mais um exemplo da oferta abrangente que diferencia a Tranquilidade no mercado. Esta estratégia permitiu à T-Vida crescer 3% em Vida Risco.

O programa Assurfinance, fortemente consubstanciado numa rede de 44 Postos Avançados (lojas conjuntas entre Parceiros Tranquilidade e o

BES) e no Clube E com mais de 400 Parceiros, continua a revelar-se um exemplo de sucesso da captação de sinergias ao nível do Grupo Financeiro no segmento de Retalho. A Tranquilidade e os seus Parceiros são um grande ativo do BES quer na captação de Clientes (21% da captação do BES), quer na captação de recursos (9% da variação do stock de recursos do BES).

A nível mais operativo, com vista ao reforço contínuo da qualidade do serviço prestado a Clientes e Parceiros, a Companhia avançou com mais um conjunto de medidas em áreas com maior oportunidade de melhoria e menor satisfação:

1. Enfoque no desenvolvimento de parcerias de longo prazo com Agentes e Corretores Profissionais:
 - Manutenção do investimento nas plataformas de serviço aos Parceiros de distribuição;
 - Criação da Seleção M (uma rede de Parceiros mais vocacionada para o segmento de Médias empresas);
 - Esforço de presença permanente no terreno de todas as estruturas comerciais de apoio à rede, dos diretores de 1ª linha e da Comissão Executiva para entender tendências de mercado e áreas de potencial melhoria.
2. Atenção permanente ao ajustamento do preço ao custo do risco, ao controlo da erosão e à manutenção da produtividade em novos fatores chave para a melhoria do saldo técnico global.
3. Melhoria e inovação na oferta em conjunto com o aprofundamento das ferramentas para desenvolver o equipamento (e retenção), nomeadamente:
 - Em Particulares, com o lançamento da nova solução Carro e Casa e a revisão da oferta Saúde;
 - Em Empresas, com a redefinição dos setores estratégicos, a revisão da oferta de Responsabilidade Civil e a aposta nos produtos P&C, a par do alargamento a este segmento de Clientes dos alertas de equipamento aos Parceiros.
4. Introdução de novas funcionalidades no posto de trabalho do Parceiro (SIA-net):
 - Gestão de apólices grupo ao nível de criação e alteração de objetos seguros, em frotas automóvel e saúde;
 - Automatização do carregamento das folhas de férias;
 - Implementação da conta corrente automatizada;
 - Automatização dos pagamentos a Parceiros via NIB.
5. Revisão dos conteúdos de comunicação contratuais e comerciais com Clientes:
 - Reviram-se e simplificaram-se os *outputs* institucionais, nomeadamente propostas de seguro, documentação financeira e condições particulares de Automóvel e Multirrisco Habitação;
 - Reviram-se os conteúdos de comunicação de sinistros a Clientes.

O forte investimento, nos últimos anos, na melhoria da qualidade de serviço a Clientes e Parceiros, aliado a uma cultura de serviço, presente em toda a organização, permitiu à Tranquilidade atingir níveis de serviço de excelência e elevados níveis de satisfação nas avaliações pelo mercado:

- O tempo médio de resposta a cotações complexas melhorou para 6,5 dias (-45% desde 2010);
- Os processos de sinistros foram abertos, em 95% dos casos, em menos de 3 dias, para os produtos âncora Automóvel, Habitação e Acidentes de Trabalho;
- Os Clientes comunicaram um elevado nível de satisfação com a gestão dos sinistros, com uma avaliação média em torno de 8 (numa escala de 10). O nível de recomendação pelos nossos Clientes situa-se acima dos 80% em todos os principais ramos;
- A percentagem de reclamações sobre sinistros continuou a descer.

Foi com especial orgulho que a Tranquilidade recebeu várias distinções durante o ano de 2012.

A Tranquilidade foi considerada a “Melhor Grande Seguradora Não Vida”, nos “Prémios Banca & Seguros” da revista Exame, um prémio que ganhamos pela quarta vez, desde a sua criação em 2000. A Tranquilidade foi também eleita *Superbrand*, uma distinção que a confirma como marca de excelência. E, no início do ano, foi igualmente distinguida pelo Reputation Institute como a seguradora com melhor reputação a nível nacional (e segunda na Península Ibérica) e pela APCC com o “Prémio Melhor Call Center do Setor Segurador”. Este reconhecimento de Clientes e fontes independentes é uma prova do sucesso da estratégia adotada pela Tranquilidade.

Na prossecução do Programa de Eficiência, consolidou-se a redução dos custos operacionais (-1,0%, -0,6 M€), com o contributo das reduções nos impostos e taxas (-4,8%), amortizações (-5,9%), e ainda da diminuição da estrutura de colaboradores que permitiu reduzir os custos com pessoal em 1,4% face a 2011 e que estima-se, continuará a produzir novas poupanças em 2013.

Fruto da correta implementação do Programa de Eficiência, a Companhia conseguiu reduzir a sua estrutura de custos operacionais em -24,5%, nos últimos 5 anos, sucesso que também contribuiu para as recentes distinções com que foi premiada.

No entanto, a Companhia acredita que esta evolução favorável dos custos operacionais não se encontra esgotada e que se manterá nos próximos exercícios.

No conjunto de 2012, os mercados financeiros acabaram por evidenciar um comportamento bastante favorável. A política de investimentos da Tranquilidade, que não sofreu alterações significativas face às implementadas no ano anterior, centrou-se na gestão ativa da carteira de obrigações de taxa fixa, aplicações de curto prazo e na gestão particular dos investimentos estratégicos.

Num ambiente de taxas de juro baixas e de forte suporte por parte dos bancos centrais, a procura por retornos atrativos conduziu à queda, acentuada, das taxas de juro implícitas na dívida dos países periféricos. Ao longo do ano, a empresa geriu de forma controlada esta componente, tendo realizado investimentos em títulos de emissores portugueses com liquidez, nomeadamente, através da compra de obrigações de taxa fixa de empresas e de dívida pública. Esta estratégia veio a revelar-se acertada, o que permitiu à empresa aumentar as mais valias realizadas e potenciais, particularmente devido aos ganhos conseguidos com a dívida pública portuguesa.

No que respeita aos investimentos estratégicos da Tranquilidade, a seguradora direta LOGO, S.A., procedeu em 2012 a ajustamentos tarifários com vista a caminhar no sentido do equilíbrio técnico da operação. Em consequência, a sua base de Clientes reduziu-se para 113 000 (-5,8%) e os prémios contraíram-se 9%, o que se traduziu numa redução de 0,1 p.p. da quota de mercado global e de 2,2 p.p. entre as seguradoras diretas, mercado onde se posiciona em terceiro lugar. Os resultados líquidos cifraram-se em -3,0 M€, o que corresponde a uma variação positiva de 30,3%.

O ano 2012 foi ainda o primeiro ano de pleno funcionamento do programa “Movida” da T-Vida, que se destina ao reforço da especialização da nossa rede de Parceiros na atividade Vida. Os Parceiros da Seleção V cresceram 83% em termos de receita nova Vida. Alcançaram-se resultados muito bons, os quais deverão ser consolidados em 2013.

O saldo técnico global aumentou de 60,3 M€ para 63,8 M€, o que representa uma subida de 5,8%. Os resultados líquidos ascenderam a 18,5 M€, um decréscimo de 45,5% face a 2011 resultante da alienação da participação da Tranquilidade na Pastor Vida. A Tranquilidade continua a

exibir um forte rácio de solvabilidade, que atingiu individualmente 526% no final de 2012.

O ano de 2012 foi mais um ano em que o desempenho da Tranquilidade se distinguiu no mercado. Este bom desempenho alicerçou-se no total alinhamento da organização em torno do objetivo de continuar a implementar de forma consistente a sua visão baseada nos 3S's - Serviço, Sensibilidade e Solidez em Equilíbrio e Estabilidade. Para 2013, toda a organização continua enfocada e motivada para prosseguir nesta rota.

2.3. Principais Variáveis e Indicadores de Atividade

	(milhares de euros)		
	2012	2011	VAR 12/11 %
Balanço			
Investimentos	949 168	1 095 857	-13,4%
Ativo líquido	1 184 609	1 314 070	-9,9%
Capital próprio	327 117	380 303	-14,0%
Provisão para prémios não adquiridos (SD+RA)	83 195	85 917	-3,2%
Provisão para sinistros (SD+RA)	470 777	477 829	-1,5%
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	430 440	442 058	-2,6%
Provisões técnicas (SD+RA)	578 983	590 688	-2,0%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	333 790	338 018	-1,3%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	293 234	296 340	-1,0%
Custos com sinistros de seguro direto	216 601	222 479	-2,6%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	203 908	215 994	-5,6%
Custos operacionais	66 787	67 434	-1,0%
Rendimentos	25 723	28 521	-9,8%
Resultado líquido	18 457	33 878	-45,5%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos/ N° de empregados	494,5	498,6	-0,8%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	64,4%	66,1%	-1,7 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	69,5%	72,9%	-3,4 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	5,4%	9,8%	-4,4 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	101,3%	101,8%	-0,5 p.p.
Rácio de solvência	526,0%	671,0%	-145 p.p.

2.4. A Atividade da Tranquilidade em 2012

2.4.1. Prémios de Seguro Direto

O total do volume de prémios de seguro direto atingiu os 333 790 milhares de euros em 2012, o que significa uma variação de -1,3% em relação ao ano anterior. O mercado segurador Não Vida apresentou uma variação negativa de 3,8% relativamente a 2011.

Apesar da performance negativa dos prémios, a Tranquilidade conseguiu um desempenho acima da média do mercado em segmentos significativos. As maiores seguradoras que operam no nosso mercado, com exceção da Allianz, voltaram a apresentar uma evolução negativa em 2012, resultante principalmente de quebras de produção em Automóvel e em Acidentes de Trabalho.

Em Acidentes e Doença, a produção da Tranquilidade foi inferior à do ano anterior em 4 641 milhares de euros (-4,3%), com variações em Acidentes de Trabalho de -3 350 milhares de euros (-5,5%), performances que em ambos os casos formam mais positivas que as do mercado (-5,4% e -10,6%, respetivamente). A produção de Multiriscos teve um comportamento muito positivo, com +3 352 milhares de euros face ao ano anterior (+7,0% vs +1,7% do mercado). O ramo Automóvel apresentou uma quebra de 2,5% na sua produção, enquanto o setor sofreu uma diminuição de 5,4% em relação ao ano anterior.

(milhares de euros)					
Prémios de Seguro Direto	2012	%	2011	%	VAR 12/11 (%)
Acidentes e doença	102 851	30,8	107 492	31,8	-4,3%
Incêndio e outros danos	64 516	19,3	62 127	18,4	3,8%
Automóvel	134 847	40,4	138 316	40,9	-2,5%
Transportes	6 965	2,1	6 994	2,1	-0,4%
Responsabilidade civil	11 131	3,3	10 459	3,1	6,4%
Diversos	13 480	4,1	12 630	3,7	6,7%
Total	333 790	100,0	338 018	100,0	-1,3%

A quota de mercado da Tranquilidade subiu para 8,4% em 2012, o que compara com 8,1% em 2011, ascendendo à 2ª posição em termos de ranking no segmento Não Vida.

2.4.2. Custos com Sinistros de Seguro Direto

O total de custos com sinistros de seguro direto em 2012 ascendeu a 216 601 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 5 878 milhares de euros (-2,6%) em relação a 2011.

Este comportamento deveu-se principalmente à quebra dos custos com sinistros em Automóvel (-21 232 milhares de euros, -22,3%). Em todos os restantes grupos de ramos, com exceção de Transportes, os custos com sinistros aumentaram em 2012, com destaque para Acidentes e Doença (+4 301 milhares de euros; Acidentes de Trabalho com +8 061 milhares de euros) e Incêndio e Outros Danos (+7 120 milhares de euros, devido ao aumento do número de sinistros e ajustes de provisões em sinistros graves, principalmente em Multirriscos).

(milhares de euros)			
Custos com Sinistros de Seguro Direto	2012	2011	VAR 12/11 %
Acidentes e doença	89 221	84 920	5,1%
Incêndio e outros danos	42 414	35 294	20,2%
Automóvel	74 132	95 364	-22,3%
Transportes	3 062	3 510	-12,8%
Responsabilidade civil	6 535	2 274	187,4%
Diversos	1 237	1 117	10,7%
Total	216 601	222 479	-2,6%

A taxa de sinistralidade (custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos) diminuiu 1,7 p.p. em relação ao ano anterior, para 64,4%, devido à diminuição verificada em Automóvel (de 69,5% para 54,0%). Em Acidentes de Doença a taxa de sinistralidade subiu de 78,5% para 86,2% (em Acidentes de Trabalho o rácio subiu 18,1 p.p., para 94,0%) e em Incêndio e Outros Danos de 57,3% para 66,1%.

(%)		
Custos com Sinistros/ Prémios Brutos Adquiridos*	2012	2011
Acidentes e doença	86,2	78,5
Incêndio e outros danos	66,1	57,3
Automóvel	54,0	69,5
Transportes	45,2	49,5
Responsabilidade civil	57,9	21,3
Diversos	9,3	9,4
Total	64,4	66,1

*Custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

2.4.3. Provisões Técnicas de Seguro Direto

As provisões técnicas de seguro direto em 2012 ascenderam a 570 969 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 11 246 milhares de euros relativamente ao ano anterior (-1,9%). Destaque para a Provisão para Sinistros, que diminuiu 7 475 milhares de euros, repartida pelo aumento em AT de 11 062 milhares de euros e pela diminuição da provisão afeta a outros ramos, em 18 537 milhares de euros.

(milhares de euros)			
Provisões Técnicas de Seguro Direto	2012	2011	VAR 12/11 %
Provisão para prémios não adquiridos	81 254	83 534	-2,7%
Provisão para sinistros	465 158	472 633	-1,6%
Acidentes de trabalho	188 281	177 219	6,2%
Outros ramos	276 877	295 414	-6,3%
Outras provisões técnicas	24 557	26 048	-5,7%
Total	570 969	582 215	-1,9%

2.4.4. Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido em 2012, de 23 642 milhares de euros, evoluiu favoravelmente face a 2011 em 3 873 milhares de euros (-14,1%), devido à maior recuperação de comissões e indemnizações.

(milhares de euros)			
Resseguro Cedido	2012	2011	VAR 12/11 %
Prémios	52 247	49 918	4,7%
Comissões	-8 462	-7 340	15,3%
Sinistros e variação das provisões técnicas	-20 143	-15 063	33,7%
Resultado	23 642	27 515	-14,1%

2.4.5. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro em 2012, no valor de 63 804 milhares de euros, apresentou um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior.

Embora penalizado pela quebra da produção de seguro direto e pela menor contribuição da variação das provisões técnicas, a melhoria dos custos com sinistros e a contribuição positiva do saldo de resseguro permitiram uma subida do saldo técnico líquido de resseguro em 3 531 milhares de euros.

Por ramos, a maior subida verificou-se em Automóvel, cujo saldo técnico líquido de resseguro apresentou um acréscimo de 24 378 milhares de euros em relação ao ano anterior (descida da produção mas melhoria dos custos com sinistros e saldo de resseguro).

Por outro lado, a maior quebra foi registada em Acidentes e Doença com o saldo técnico a descer 12 809 milhares de euros (quebra da produção, aumento dos custos com sinistros e da variação das provisões técnicas, recuperação do resseguro).

(milhares de euros)			
Saldo Técnico, Líquido de Resseguro	2012	2011	VAR 12/11 %
Acidentes e doença	4 736	17 545	-73,0%
Incêndio e outros danos	1 695	5 750	-70,5%
Automóvel	53 980	29 602	82,4%
Transportes	1 353	1 814	-25,4%
Responsabilidade civil	1 211	5 129	-76,4%
Diversos	829	433	91,5%
Total	63 804	60 273	5,9%

2.4.6. Custos Operacionais

O total de custos operacionais decresce 1,0% em 2012 (-647 milhares de euros), atingindo um valor de 66 787 milhares de euros. A descida dos custos foi conseguida devido às fortes medidas de contenção desenvolvidas pela Companhia através da contínua implementação do plano de eficiência de custos em curso.

Os Custos com Pessoal decrescem 1,4% (-511 milhares de euros), em linha com a redução do quadro de pessoal da Companhia e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 3,5%.

(milhares de euros)			
Custos Operacionais	2012	2011	VAR 12/11 %
Custos com pessoal	35 563	36 074	-1,4%
Fornecimentos e serviços externos	21 899	21 149	3,5%
Impostos e taxas	2 418	2 539	-4,8%
Amortizações	6 230	6 621	-5,9%
Outros *	677	1 051	-35,6%
Total	66 787	67 434	-1,0%

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos.

2.4.7. Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2012 foram admitidos no quadro efetivo 21 novos colaboradores e verificaram-se 24 saídas, das quais 17 por situações de pré-reforma e de reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efetivo diminuiu em 0,4% face a 2011 para 675 colaboradores. A produtividade diminuiu em relação ao ano anterior, fruto da diminuição verificada na produção, com o *ratio* prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo a atingir 495 milhares de euros (499 milhares de euros em 2011).

	2012	2011	VAR 12/11 %
Admissões	21	23	-8,7%
Saídas	24	34	-29,4%
Das quais pré-reforma ou reforma	17	15	13,3%
Total quadro efetivo	675	678	-0,4%
Prémios SD/ N° Efetivos (milhares de euros)	495	499	-0,8%

2.4.8. Investimentos

No conjunto de 2012, os mercados financeiros acabaram por evidenciar um comportamento bastante favorável, acima da expectativa, considerando os riscos que se antecipavam e o ambiente de baixo crescimento económico global.

A crise de dívida soberana na Europa persistiu, propagando-se às economias do centro da Europa, tendo surgido inclusivamente receios quanto à continuidade do euro e manteve-se a incerteza quanto à condução da política fiscal nos EUA. Estes factos, em complemento com outros de cariz semelhante, originaram períodos de grande volatilidade que, no entanto, não impediram o forte desempenho dos ativos financeiros, sobretudo dos ativos de maior risco.

O suporte dos bancos centrais, através de políticas expansionistas e não convencionais, determinou a redução significativa dos riscos, o que acabou por potenciar a forte valorização dos ativos financeiros. Nos EUA, a Reserva Federal (*Fed*) voltou a implementar planos adicionais de compras de obrigações (*quantitative easing*) e a manter as expectativas de taxas de juro virtualmente nulas, até meados de 2015. Perto do final

do ano, o *Fed* anunciou um reforço da postura expansionista da política monetária, ligando futuras decisões sobre as taxas de juro à taxa de desemprego (abaixo de 6,5%) e da taxa de inflação (expectativa de inflação até um horizonte temporal de 2 anos abaixo de 2,5%). Na zona euro, o Banco Central Europeu (BCE) implementou ao longo do ano medidas para combater a crise da dívida pública da Zona Euro, nomeadamente com o corte da taxa de juro para 0,75%, a cedência de liquidez aos bancos pelo prazo de três anos (LTRO's) efetuada em março e através do plano de compra de obrigações com maturidades até três anos (*Outright Monetary Transactions*) anunciado em setembro.

Nos mercados obrigacionistas, o ano de 2012 ficou novamente marcado pela crise da dívida Europeia. Em março, a Grécia efetuou com sucesso uma troca voluntária de obrigações detidas pelos credores privados de forma a diminuir o peso da dívida, com o objetivo de atingir um peso da dívida face ao PIB de 120% em 2020. Contudo, perto do final do ano este objetivo parecia difícil de atingir e foram acordadas taxas mais baixas e prazos mais alargados de pagamento dos empréstimos com os credores oficiais (União Europeia e Fundo Monetário Internacional), de forma a tornar sustentável a dívida do país a longo-prazo. Espanha também esteve sob o foco dos mercados, tendo em junho efetuado um pedido de apoio financeiro para recapitalizar o seu setor bancário. As necessidades apuradas foram de cerca de 54 mil milhões de euros, um valor bastante abaixo dos 100 mil milhões inicialmente previstos, com a entidade Bankia a ser responsável por grande parte do esforço de recapitalização. Ao contrário da expectativa de início do segundo semestre, a recapitalização do setor financeiro espanhol evitou um pedido de resgate financeiro por parte do Reino de Espanha, com o país a conseguir financiar-se nos mercados de forma bem sucedida.

Os mercados acionistas tiveram um bom ano em 2012, apesar da crise da dívida Europeia e da fraca dinâmica económica na Europa. Os mercados apresentaram subidas semelhantes, com o índice Eurostoxx 50 (Europa) a subir cerca de 13%, registando efetivamente uma performance superior à dos EUA (S&P 500 +11%) que demonstraram ao longo do ano ter uma melhor dinâmica de atividade económica. Os mercados emergentes subiram 15% (índice MSCI *Emerging Markets*), beneficiando especialmente da procura por ativos com risco. Este comportamento similar entre as várias regiões é explicado, em grande parte, pelas políticas fortemente expansionistas dos bancos centrais que aumentaram fortemente a liquidez nos mercados financeiros, levando a rentabilidades positivas nas ações apesar do ambiente macroeconómico genericamente desfavorável.

Em 2013, o crescimento económico global deverá manter-se ligeiramente positivo. Os indicadores macroeconómicos, especialmente na Europa, deverão continuar a ser influenciados pelos processos de consolidação orçamental e pelo processo de desalavacagem. O estreitamento significativo de *spreads*, especialmente nos países periféricos, em 2012 limita o retorno potencial em 2013.

Na Tranquilidade, a estratégia de investimento implementada durante 2012, não sofreu alterações significativas face às implementadas no ano anterior. A política de investimentos centrou-se sobretudo no investimento em obrigações de taxa fixa, aplicações de curto prazo e na gestão particular dos investimentos estratégicos.

Numa fase de aumento do investimento na expansão internacional da atividade do grupo segurador Tranquilidade, a linha orientadora de todo o processo de investimentos foi a de maximizar o retorno dos investimentos efetuados, privilegiando a solvabilidade financeira da empresa e consequentemente do grupo económico.

Dada a elevada incerteza macroeconómica registada no final de 2011, relativamente à zona euro, a empresa adotou uma estratégia ponderada durante o primeiro trimestre de 2012, privilegiando o investimento em aplicações de curto prazo, em depósitos a prazo, aproveitando as taxas de juro elevadas associadas aos mesmos, e em obrigações e bilhetes do tesouro com vencimento em 2012.

Este posicionamento foi, progressivamente, alterado ao longo do primeiro semestre. Neste período, a empresa participou ativamente no mercado primário, beneficiando do prémio atrativo das novas emissões. Em complemento, estendeu-se, ligeiramente, a maturidade da sua exposição a alguns emitentes, de modo a aproveitar a inclinação favorável da respetiva curva da dívida. Também, com estas operações foi possível mitigar o nível creditício da carteira de obrigações, através do investimento em emitentes core.

No final do primeiro semestre, com o agudizar da crise soberana de alguns países periféricos europeus, em particular da Espanha, o mercado de crédito entrou numa fase de maior volatilidade, tendo-se ajustado a estratégia da empresa em consonância. Deste modo, realizaram-se mais valias em títulos que tinham registado uma valorização significativa, sobretudo, aqueles que haviam sido emitidos já em 2012 em mercado primário. No primeiro semestre, foi efetuado um conjunto de transações, com o intuito de se proteger a carteira de uma fase de maior incerteza.

As declarações do presidente do BCE, de que o banco central faria o que fosse preciso para preservar o Euro, acompanhado de uma descida da taxa de juro para um mínimo histórico de 0,75%, deu um novo estímulo ao mercado, impulso que foi incrementado pelo terceiro programa de *Quantitative Easing* pela Reserva Federal nos EUA.

Neste ambiente de taxas de juro muito baixas e de suporte por parte dos bancos centrais, a procura por retornos atrativos, beneficiou particularmente os ativos de risco. Este ambiente, de apetência por risco, estendeu-se ao mercado obrigacionista que na sequência da forte queda das taxas de juro implícitas na dívida pública dos países periféricos, induziu a fortes ganhos no mercado de obrigações.

A empresa geriu ativamente, ao longo do ano, esta componente tendo realizado investimentos em títulos de emissores portugueses com liquidez, nomeadamente, através da compra de obrigações de taxa fixa de empresas e de dívida pública. Esta estratégia veio a revelar-se acertada, o que permitiu à empresa aumentar as mais valias realizadas e potenciais, particularmente devido aos ganhos conseguidos com a dívida pública portuguesa.

Simultaneamente, a estratégia de investimento continuou a manter um enfoque especial na gestão da liquidez, com o incremento de exposição de +14,9% (+14 055 milhares de euros). Ao longo do ano, a empresa manteve o nível de liquidez sustentadamente acima de 10%, do total da carteira. Com este procedimento tirou partido da alavancada remuneração existente nos depósitos a prazo, e utilizou-a, pontualmente, como medida de proteção face à volatilidade dos mercados financeiros.

A empresa diminuiu ligeiramente (-0,8%) a exposição a obrigações de taxa variável, tendo alienado durante o ano e em termos acumulados, cerca de 8,3 milhões de euros (valor líquido de aquisições), com o intuito de proteger a rentabilidade das baixas taxas de juro do mercado monetário associadas, e de redução de exposição por emitente. A diminuição das perdas potenciais justificou o restante incremento do investimento, nesta classe. Ao nível das obrigações de taxa fixa, na qual se praticou uma gestão ativa, registou-se um incremento do investimento em +7,7% (15 371 milhares de euros). Adicionalmente, e como forma de proteção face a eventuais subidas de taxa de juro manteve-se a duração média das obrigações inferior a 4 anos. No final do ano, o *rating* médio da carteira de obrigações era superior ao de Portugal, com enfoque no setor financeiro e *government*.

A empresa manteve uma exposição praticamente imaterial ao mercado acionista (diretamente ou via fundo de investimento), representando no final do ano um peso inferior a 1% do total da carteira. As operações realizadas ao longo do ano, e em balanço no final do ano, privilegiaram a exposição aos mercados acionistas norte-americano.

O investimento em ativos alternativos, nomeadamente, *private equity* e fundos de investimento de tesouraria, totaliza no final do ano 21 110 mi-

lhares de euros. Não foi realizada qualquer operação envolvendo *hedge funds* ou produtos de características semelhantes.

No Imobiliário, posições diretas ou através de fundos de investimento, registou-se uma diminuição de -24 887 milhares de euros (-33,6%). No ano transato, a política de investimentos imobiliária passou pela conversão parcial dos Imóveis de Uso Próprio e de Rendimento em fundos de investimento, no sentido destes poderem ser alienados gradualmente, reduzindo a exposição para mitigar os efeitos na convergência para Solvência II.

Em termos estratégicos, destaque para a alienação da participação acionista detida sob a seguradora espanhola Pastor Vida, no seguimento da fusão entre o Banco Popular e o Banco Pastor, parceiro na operação da Pastor Vida. Em termos de investimento, regista-se um decréscimo nesta rubrica em -146 136 milhares de euros (-34,5%).

(milhares de euros)			
Ativos sob Gestão ⁽¹⁾	2012	2011	VAR 12/11 %
Obrigações	290 392	275 622	5,4%
Taxa fixa	215 874	200 503	7,7%
Taxa variável	74 518	75 119	-0,8%
Ações e Fundos de Investimento	354 492	510 060	-30,5%
Estratégicos	276 865	423 001	-34,5%
Ações	-	163	-100,0%
Fundos de investimento mobiliários	27 750	12 775	117,2%
Fundos de investimento imobiliários	49 877	74 121	-32,7%
Imóveis	70 584	71 227	-0,9%
Uso próprio	24 468	24 726	-1,0%
Rendimento	46 116	46 501	-0,8%
Liquidez	108 577	94 522	14,9%
Outros	1 800	1 815	-0,8%
Total	825 845	953 246	-13,4%
Operações de reporte	132 459	144 509	-8,3%
Ativos a deter até à maturidade	86 045	107 589	-20,0%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

A carteira de investimentos apresenta no final do ano um decréscimo de -127 401 milhares de euros (-13,4%), face a 2011. Esta evolução resulta, essencialmente, da redução dos investimentos estratégicos, com a operação de alienação da Pastor Vida, e da qual o encaixe resultante foi canalizado para liquidação de dividendos ao acionista.

Durante o ano, a empresa procedeu à diminuição do valor líquido registado em operações de reporte, tendo terminado o ano com um valor, alocado a estas operações, em cerca de 132 459 milhares de euros.

Na sequência da Norma Regulamentar N.º 4/2011-R, de 2 de junho, emitida pelo ISP, a Tranquilidade terminou o ano de 2012 com 86 045 milhares de euros (-20,0%), contabilizados na classe de Investimentos a deter até à maturidade.

(milhares de euros)			
Resultado Financeiro ⁽¹⁾	2012	2011	VAR 12/11 %
Rendimentos	25 723	28 521	-9,8%
Títulos	24 614	26 192	-6,0%
Imóveis	1 109	2 329	-52,4%
Ganhos e Perdas	8 571	19 559	-56,2%
Títulos	9 216	19 433	-52,6%
Imóveis	-645	126	-611,9%
Imparidades/ Reversão	-12	-6 236	-99,8%
Títulos	-9	-6 236	-99,9%
Imóveis	-3	-	0,0%
Total	34 282	41 844	-18,1%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão. Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro, valorização de passivos financeiros e desconhecimento de passivos contingentes.

Os resultados financeiros, do ano de 2012, apresentam um decréscimo homólogo de -7 562 milhares de euros (-18,1%), sendo esta diferença apurada, particularmente, na rubrica de Ganhos e Perdas. Os valores de 2011 foram influenciados pelo desconhecimento do passivo financeiro sob a Pastor Vida e pela alienação da participação detida sob a ESAF GSPS, ambos eventos não recorrentes. O ano de 2011, também, ficou marcado pelo registo de imparidade sob a dívida pública da Grécia, no valor de -4 542 milhares de euros.

Em 2012, assistiu-se à obtenção de ganhos realizados líquidos na alienação de obrigações de taxa fixa no montante +5 114 milhares de euros. Por outro lado, a estratégia de redução da exposição nominal a obrigações de taxa variável conduziu ao registo contabilístico de menos valias realizadas num total de -1 414 milhares de euros.

Relevo para o recuo dos rendimentos gerados, que apresentam um decréscimo -9,8%, em resultado da diminuição das taxas de juro e de uma carteira média de investimentos inferior, apesar de maior volume dividendos de investimentos estratégicas.

A rentabilidade dos ativos médios sobre o resultado financeiro situou-se em 4,9% (2011: 5,7%). Se adicionarmos, a variação registada na Reserva de Justo Valor, a rentabilidade é de 8,0% (2011: 14,4%). A diminuição das perdas potenciais em obrigações foi de 16 095 milhares de euros.

2.4.9. Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2012 o Capital Próprio diminuiu 53 186 milhares de euros relativamente ao ano anterior, ascendendo a 327 117 milhares de euros. Esta diminuição de -14,0% é justificada, sobretudo, pela variação de -33,5 M€ na Reserva de Reavaliação, devida essencialmente à anulação de reservas referentes a participações alienadas e pela variação de -15,4 M€ no Resultado Líquido.

O rácio de solvabilidade situou-se em 526% o que compara com 671% registado em 2011. Para esta evolução desfavorável contribuiu o decréscimo dos Elementos Constitutivos de 79 592 milhares de euros, que engloba os Capitais Próprios, e no qual se destaca a variação da Reserva de Reavaliação – Justo valor. O montante da Margem de Solvência a constituir diminuiu em cerca de 394 milhares de euros.

(milhares de euros)			
Capital Próprio	2012	2011	VAR 12/11 %
Capital social	160 000	160 000	0,0%
Reservas de reavaliação	89 366	122 903	-27,3%
Outras reservas	35 266	29 984	17,6%
Resultados transitados	24 028	33 538	-28,4%
Resultado líquido	18 457	33 878	-45,5%
Total	327 117	380 303	-14,0%

2.4.10 Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a Tranquilidade prosseguiu, no decorrer do ano 2012, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Prevê-se, no entanto que esta Diretiva possa ser substancialmente alterada, quer no seu âmbito, quer ainda na data limite de transposição, com a publicação da Diretiva *Omnibus II* durante o ano de 2013.

Pese embora tal facto, no decurso do ano 2012, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Implementação e desenvolvimento de ferramentas destinadas ao cálculo de capital económico no âmbito do Modelo Interno Parcial;
- Participação ativa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Análise, sistematização e divulgação interna de *pre-consultation papers*, destacando-se os documentos referentes aos *Quantitative Report Templates (QRT)*, *Own Risk and Solvency Assessment (ORSA)* e *Solvency Financial Condition Report (SFCR)*;
- Revisão e atualização do sistema de controlo interno, com o respetivo mapeamento dos processos, riscos, controlos e oportunidades de melhoria identificadas;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas, destacando-se em concreto, para além de outras já existentes, a política de controlos e gestão de acessos e a política de gestão de investimentos;
- Monitorização dos eventos comunicados à Companhia através dos mecanismos de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas e desenvolvimento de procedimentos adicionais de controlo do risco operacional relacionado com a fraude.

Em matéria de Solvência II foi ainda efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5. Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados do exercício atingiram 18 457 216,49 euros em 2012, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- 10% do resultado do exercício no montante de 1 845 721,65 euros para Reserva Legal;
- Pagamento de dividendos no montante de 15 000 000,00 euros;
- O remanescente para Resultados Transitados.

A presente aplicação proposta contempla o pagamento de dividendos antecipado de 5 000 000,00 euros que ocorreu ao longo de 2012, pelo que apenas os adicionais 10 000 000,00 euros serão alvo de pagamento em data posterior à aprovação do que agora se propõe.

2.6. Objetivos para 2013

O ano 2013 volta a apresentar-se incerto ao nível da evolução dos mercados de capitais. Apesar dos sinais positivos dos programas de ajustamento dos países da Zona Euro intervencionados pela Troika, a crise económica parece longe do fim.

Em 2013, pelo 3º ano consecutivo, o Governo continuará a implementar medidas orçamentais restritivas com vista ao controlo do défice. De acordo com as previsões de vários organismos, o PIB deve contrair-se 2%. O Consumo Público deve cair 2% a 3% e a Formação Bruta de Capital Fixo entre 8% e 9%. A taxa de desemprego deve, também, atingir 17% a 18%, contribuindo para uma redução prevista de 4% do consumo privado. As empresas serão igualmente afetadas pelas dificuldades de financiamento e pela quebra de atividade gerada pela diminuição do consumo público e privado.

A conjuntura económica encerra, assim, desafios muito exigentes para a atividade seguradora. No entanto, a Tranquilidade tem bem claro o seu rumo e as suas prioridades estratégicas, para continuar na sua rota comercial segura:

1. Continuar a crescer orgânica e seletivamente
 - Manter investimento na rede de Agentes e Corretores, consolidando o *share of wallet* nos Parceiros Profissionais;
 - Cuidar da carteira, com particular enfoque na retenção dos continuados Automóvel e Acidentes de Trabalho. Adicionalmente, continuará a ser feito um esforço para equipar mais Clientes, nomeadamente através da solução Carro e Casa para Particulares e com soluções integradas para Empresas;
 - Tirar partido das sinergias com o BES.
2. Continuar a reequilibrar a rendibilidade
 - Gerir o equilíbrio de receita e rendibilidade, melhorando a retenção e mantendo a produtividade em novos, ao mesmo tempo que se dá continuidade ao processo de ajustamento dos preços ao custo do risco (o lançamento da nova tarifa de AT, com diferenciação de preços por zona geográfica e níveis de capital seguro, será um exemplo desta política);
 - Trabalhar na eficiência operativa, procurando uma contínua racionalização da base de custos operacionais;
 - Melhorar a rendibilidade dos investimentos;
 - Manter níveis de solvência de referência.
3. Continuar a melhorar a qualidade de serviço e a sensibilidade e proximidade a Clientes e Parceiros
 - Manter os programas de avaliação contínua da satisfação de Clientes e Parceiros, já instituídos;
 - Assegurar a total utilização de todas as ferramentas disponíveis para otimizar serviço a Parceiros e Clientes;
 - Continuar a inovar na oferta, sobretudo ajustando-a ao (novo) contexto económico;
 - Prosseguir a revisão de toda a comunicação com Clientes.
4. Aprofundar a expansão internacional em Espanha, Angola e Moçambique, onde a Companhia pode tirar partido das suas competências, *know-how* e vantagens comparativas.

Em resumo, neste enquadramento económico globalmente adverso e num ambiente competitivo que continua a degradar os níveis de preços, a Tranquilidade, sempre alicerçada em princípios de rigor e solidez, continuará a seguir, de forma consistente, a sua visão e estratégia claras ao nível da operação doméstica.

As operações internacionais continuarão a avançar no terreno durante 2013, numa lógica de acompanhamento das operações dos nossos Clientes em mercados externos com elevado potencial de crescimento, como Espanha, Angola e Moçambique.

2.7. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Acionistas, Clientes, Mediadores e Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociedade.

Registamos igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 5 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho
(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Luís Kolback da Veiga
(Vogal)

António José Baptista do Souto
(Vogal)

Manrico Iachia
(Vogal)

António Manuel Rodrigues Marques
(Vogal)

Bernardo Leite Faria Espírito Santo
(Vogal)

03. Demonstrações Financeiras

**Marca de
Excelência**



A Tranquilidade foi eleita “Superbrand”, uma distinção que a confirma como marca de excelência no contexto nacional e vem reconhecer o sucesso da estratégia adotada pela Companhia.

03. Demonstrações Financeiras

Balanço (Ativo) de 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

ATIVO	Notas de Anexo	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	26 158	-	26 158	25 726
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	246 096	-	246 096	380 890
Ativos financeiros detidos para negociação		2	-	2	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	4 100	-	4 100	4 617
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	6	289 788	1 696	288 092	260 901
Empréstimos e Contas a Receber		254 249	-	254 249	270 633
Depósitos junto de empresas cedentes	6	1	-	1	1
Outros depósitos	6	211 368	-	211 368	216 020
Empréstimos concedidos	6	25 386	-	25 386	33 501
Contas a receber		-	-	-	-
Outros	6	17 494	-	17 494	21 111
Investimentos a deter até à maturidade	6	86 045	-	86 045	107 589
Terrenos e Edifícios		74 616	4 032	70 584	71 227
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	28 500	4 032	24 468	24 726
Terrenos e edifícios de rendimento	9	46 116	-	46 116	46 501
Outros ativos tangíveis	10	46 857	39 612	7 245	6 306
Inventários	10	221	-	221	212
Goodwill	12	25 785	-	25 785	25 785
Outros ativos intangíveis	12	61 475	46 796	14 679	13 232
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		57 279	-	57 279	52 030
Provisão para prémios não adquiridos	4	16 942	-	16 942	16 259
Provisão para sinistros	4	40 337	-	40 337	35 771
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	3 650	-	3 650	2 001
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		105 543	6 871	98 672	90 237
Contas a receber por operações de seguro directo	13	66 772	5 769	61 003	56 552
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	10 467	262	10 205	8 746
Contas a receber por outras operações	13	28 304	840	27 464	24 939
Ativos por Impostos		313	-	313	403
Ativos por impostos correntes	24	313	-	313	403
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	13	1 439	-	1 439	2 281
Outros elementos do ativo		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Total Ativo		1 283 616	99 007	1 184 609	1 314 070

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques
Bernardo Leite Faria Espírito Santo

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Passivo			
Provisões Técnicas		578 983	590 688
Provisão para prémios não adquiridos	4	83 195	85 917
Provisão para Sinistros	4	470 777	477 829
De vida		-	-
De acidentes de trabalho	4	188 290	177 221
De outros ramos	4	282 487	300 608
Provisão para participação nos resultados	4	1 045	1 045
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	4	6 399	5 815
Provisão para riscos em curso	4	17 567	20 082
Outras provisões técnicas		-	-
Outros Passivos Financeiros		153 845	168 097
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	5	357	158
Outros	5 e 6	153 488	167 939
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		48 564	91 040
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	23 178	22 688
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	16 796	14 712
Contas a pagar por outras operações	13	8 590	53 640
Passivos por Impostos		53 105	60 824
Passivos por impostos correntes	24	27 065	24 219
Passivos por impostos diferidos	24	26 040	36 605
Acréscimos e diferimentos	13	19 579	20 164
Outras provisões	13	3 416	2 954
Outros passivos		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
Total Passivo		857 492	933 767
Capital Próprio		-	-
Capital	25	160 000	160 000
(Ações próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de Reavaliação		122 515	171 428
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	122 515	171 428
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	26	-33 149	-48 525
Outras reservas	26	35 266	29 984
Resultados transitados	35	24 028	33 538
Resultado do exercício		18 457	33 878
Total Capital Próprio		327 117	380 303
Total Passivo e Capital Próprio		1 184 609	1 314 070

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques
Bernardo Leite Faria Espírito Santo

Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	31 de Dezembro de 2012				31 de Dezembro de 2011
	Notas do Anexo	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		293 234	-	293 234	296 340
Prémios brutos emitidos	14	341 589	-	341 589	347 212
Prémios de resseguro cedido	14	-52 247	-	-52 247	-49 918
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	3 209	-	3 209	-1 660
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	683	-	683	706
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	203 908	-	203 908	215 994
Montantes pagos		216 644	-	216 644	237 251
Montantes brutos		231 538	-	231 538	253 452
Parte dos resseguradores		-14 894	-	-14 894	-16 201
Provisão para sinistros (variação)		-12 736	-	-12 736	-21 257
Montante bruto		-8 170	-	-8 170	-23 100
Parte dos resseguradores		-4 566	-	-4 566	1 843
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-1 931	-	-1 931	-7 639
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	-	-	-	-
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	92 962	-	92 962	93 398
Custos de aquisição		70 967	-	70 967	70 621
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	487	-	487	42
Gastos administrativos		29 970	-	29 970	30 075
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-8 462	-	-8 462	-7 340
Rendimentos	16	27 062	24	27 086	29 992
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		14 910	24	14 934	16 244
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		12 152	-	12 152	13 748
Gastos Financeiros	16	2 642	-	2 642	3 221
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		2 642	-	2 642	3 221
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17 e 18	15 206	-8 379	6 827	3 062
De ativos disponíveis para venda		1 781	-	1 781	5 163
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	55
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-8 379	-8 379	-2 156
De outros		13 425	-	13 425	-
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17 e 18	2 329	-	2 329	16 357
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		1 140	-	1 140	-3 399
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		1 189	-	1 189	19 756
Diferenças de câmbio	19	63	-3	60	14
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18	-645	-	-645	126
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)		-9	-101	-110	-5 804
De ativos disponíveis para venda	6	-9	-3	-12	-6 236
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros	7 e 13	-	-98	-98	432
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-1 289	-	-1 289	-1 253
Outras provisões (variação)	20	-	26	26	337
Outros rendimentos/ gastos	20	-	-3 687	-3 687	-5 479
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
Resultado Líquido Antes de Impostos		38 370	-12 120	26 250	28 718
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	-	-2 983	-2 983	-827
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	-	-4 810	-4 810	5 987
Resultado Líquido do Exercício		38 370	-19 913	18 457	33 878
Resultado por ação (em euros)	27	-	-	0,58	1,06

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques
Bernardo Leite Faria Espírito Santo

04. Demonstração do Rendimento Integral

**Melhor
Call Center
do Setor
Segurador**



A Tranquilidade foi distinguida pela Associação Portuguesa de Contact Centers pela qualidade do seu Contact Center – Linha de Clientes. A Companhia obteve o 1º lugar nos APCC Best Awards 2012, os maiores prémios do setor, sendo reconhecida pelo seu serviço de excelência.

04. Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício	18 457	33 878
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda, filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-48 913	62 798
Variação dos impostos correntes e diferidos	15 376	-17 570
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas	1 894	2 665
Total do Rendimento Integral	-13 186	81 771

05. Mapa de Variação
de Capitais Próprios

*Melhor Grande
Seguradora
Não Vida*



A Tranquilidade foi distinguida como a “Melhor Grande Seguradora Não Vida” pela Revista Exame. Esta é já a quarta vez que a Companhia é galardoada, desde que a iniciativa foi criada, em 2000.

05. Mapa de Variação de Capitais Próprios

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(milhares de euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanço a 1 de Janeiro 2011	160 000	115 927	-7 297	-30 955	41 047	-14 891	27 466	12 235	303 532
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		77 070							77 070
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-14 272						-14 272
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-17 570					-17 570
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						2 665			2 665
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					1 163		-1 163		-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							12 235	-12 235	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	77 070	-14 272	-17 570	1 163	2 665	11 072	-12 235	47 893
Resultado líquido do período								33 878	33 878
Distribuição antecipada de lucros							-5 000		-5 000
Balanço a 31 de Dezembro 2011	160 000	192 997	-21 569	-48 525	42 210	-12 226	33 538	33 878	380 303
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		4 717							4 717
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-53 630						-53 630
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				15 376					15 376
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						1 894			1 894
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					3 388		-3 388		-
Distribuição de reservas/ resultados transitados							-25 000		-25 000
Distribuição de lucros/ prejuízos							-10 000		-10 000
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							33 878	-33 878	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	4 717	-53 630	15 376	3 388	1 894	-4 510	-33 878	-66 643
Resultado líquido do período								18 457	18 457
Distribuição antecipada de lucros							-5 000		-5 000
Balanço a 31 de Dezembro 2012	160 000	197 714	-75 199	-33 149	45 598	-10 332	24 028	18 457	327 117

06. Demonstração de Fluxos de Caixa

**Seguradora
com Melhor
Reputação**



A Tranquilidade integra o *ranking* das 30 empresas com melhor reputação em Portugal do Reputation Institute, posicionando-se em primeiro lugar no setor segurador nacional, e no segundo lugar na zona Ibérica.

06. Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	-97 371	212 443
Resultado líquido do exercício	18 457	33 878
Depreciações e amortizações do exercício	6 230	6 621
Varição das provisões técnicas de seguro directo	-11 705	-28 929
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	-5 249	1 137
Varição de outras provisões	462	319
Varição de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-8 435	-1 407
Varição de outros ativos e passivos por impostos	-7 629	10 632
Varição de outros ativos e passivos	-47 026	205 561
Varição de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-42 476	-15 369
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	137 803	-189 160
Varição de investimentos	119 623	-244 703
Dividendos recebidos	10 820	11 130
Juros	15 603	16 352
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-8 184	-9 133
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	3	-
Aquisição de imóveis	-62	-
Alienações de terrenos e edifícios	-	37 194
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	-40 000	-5 000
Distribuição de dividendos	-15 000	-5 000
Distribuição de reservas/ resultados transitados	-25 000	-
Varição Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	432	18 283
Caixa e equivalentes no início do período	25 726	7 443
Caixa e equivalentes no fim do período	26 158	25 726

07. Anexo às Demonstrações Financeiras

**Marca de
Excelência**



A Tranquilidade foi eleita “Superbrand”, uma distinção que a confirma como marca de excelência no contexto nacional e vem reconhecer o sucesso da estratégia adotada pela Companhia.

07. Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Nota 1 - Informações Gerais

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense.

Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA - Inter-Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de dezembro de 2004.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Não Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1037.

Em volume de prémios diretos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Atualmente a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa e Porto e de uma sucursal em Espanha. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 22 zonas comerciais, que são suportadas por um total de 398 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 38 lojas próprias, 360 Lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade, das quais 183 são Exclusivos e 44 são pontos de venda partilhados com balcões do Banco Espírito Santo.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 - Informação por Segmentos

A Tranquilidade explora todos os ramos de seguros não vida, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais nos quais a Companhia dispõe de produtos e soluções de maior relevância ao dispor dos seus Clientes são os referidos como segue:

(Segmento de relato - Negócio)

Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
AT Empregados Domésticos	Tranquilidade Casa	Automóvel Ligeiros
AT Conta Própria	Tranquilidade Casa Prestígio	Automóvel Clássicos
AT Conta de Outrem	MR Estabelecimento	Automóvel 2 Rodas
	MR Condomínio	

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, segmentada pelas linhas de negócios mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2012	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	341 589	58 075	64 962	142 029
Prémios de resseguro cedido	-52 247	-1 574	-28 758	-1 611
Prémios brutos adquiridos	344 798	58 411	64 492	145 237
Resultado dos investimentos	41 364	4 031	7 317	24 286
Custos com sinistros brutos	223 368	54 865	42 462	80 843
Custos de exploração brutos	101 424	15 356	22 071	42 429
Resultado técnico	38 370	-8 709	-5 332	49 147
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	643 177	215 086	83 371	280 127
Provisões técnicas	578 983	193 619	75 050	252 169

(milhares de euros)

2011	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	347 212	61 344	62 232	147 349
Prémios de resseguro cedido	-49 918	-1 665	-26 122	-1 655
Prémios brutos adquiridos	345 552	61 683	61 659	146 100
Resultado dos investimentos	21 233	11 354	1 449	7 108
Custos com sinistros brutos	230 352	46 797	34 878	103 674
Custos de exploração brutos	100 738	15 499	21 303	42 690
Resultado técnico	14 567	16 165	-6 973	6 934
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	607 603	186 774	61 676	295 413
Provisões técnicas	590 688	181 574	59 958	287 190

Adicionalmente, a Companhia tem atividade em Portugal e Espanha, sendo a análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 como segue:

(milhares de euros)

2012	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	341 589	340 908	681
Prémios de resseguro cedido	-52 247	-52 205	-42
Prémios brutos adquiridos	344 798	344 107	691
Resultado dos investimentos	41 364	41 357	7
Custos com sinistros brutos	223 368	223 161	207
Custos de exploração brutos	101 424	100 983	441
Resultado técnico	38 370	38 350	20
Rubricas de Balanço			
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	643 177	642 818	359
Provisões técnicas	578 983	578 660	323

2011	(milhares de euros)		
	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	347 212	346 498	714
Prémios de resseguro cedido	-49 918	-49 863	-55
Prémios brutos adquiridos	345 552	344 831	721
Resultado dos investimentos	21 233	21 222	11
Custos com sinistros brutos	230 352	230 161	191
Custos de exploração brutos	100 738	100 331	407
Resultado técnico	14 567	14 474	93
Rubricas de Balanço			
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	607 603	607 295	308
Provisões técnicas	590 688	590 389	299

Nota 3 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Tranquilidade agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2012, a Tranquilidade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a Companhia adotou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Tranquilidade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados,

ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 5 de fevereiro de 2013.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em subsidiárias ao justo valor.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em associadas ao justo valor.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadram nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros detidos até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas,

até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a Clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorrerem após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Ativos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo

seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	40
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Tranquilidade aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos por contrapartida de reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia tem um plano de contribuição definida contributivo para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento finan-

ceiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os re-

sultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registrados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua adequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados por ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a tes-

tes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Com exceção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, para o IBNR, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Doença, Responsabilidade Civil e Automóvel, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2012 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2012 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2012 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 73/77 com uma taxa de juro de 4,7% e encargos de gestão de 1,5%, e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0%.

A norma estabelece igualmente que a taxa a utilizar deverá ter como referencial o rendimento futuro previsível dos ativos subjacentes após dedução prudencial e adequada. Nessa base, a Companhia determinou que a taxa de juro sem risco para a maturidade das responsabilidades era adequada. Para efeitos do teste de adequação das responsabilidades, as provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) são calculadas com base na tábua de mortalidade TV 73/77 com a taxa de juro das obrigações portuguesas, com maturidade de 15 anos (2012: 6,99% e 2011: 14,12%) e encargos de gestão de 1,5%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)						
Balanco	2012			2011		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	12 073	2 325	9 748	12 720	2 428	10 292
Incêndio e outros danos	26 550	5 142	21 408	26 080	5 080	21 000
Automóvel	54 356	10 871	43 485	57 564	11 323	46 241
Marítimo, aéreo e transportes	1 994	373	1 621	1 791	336	1 455
Responsabilidade civil geral	3 048	609	2 439	3 212	642	2 570
Crédito e caução	28	6	22	31	6	25
Proteção jurídica	7	1	6	7	-	7
Assistência	4 600	851	3 749	4 551	868	3 683
Diversos	893	176	717	802	158	644
Total	103 549	20 354	83 195	106 758	20 841	85 917

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)						
Ganhos e Perdas	2012			2011		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	-647	-103	-544	-676	-158	-518
Incêndio e outros danos	470	62	408	573	2	571
Automóvel	-3 208	-452	-2 756	1 249	60	1 189
Marítimo, aéreo e transportes	203	37	166	-91	-23	-68
Responsabilidade civil geral	-164	-33	-131	-200	-40	-160
Crédito e caução	-3	-	-3	-10	-2	-8
Proteção jurídica	-	1	-1	-1	-1	-
Assistência	49	-17	66	633	84	549
Diversos	91	18	73	183	36	147
Total	-3 209	-487	-2 722	1 660	-42	1 702

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanco		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	726	810	-84	-74
Incêndio e outros danos	8 268	7 784	484	195
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	1 023	959	64	107
Responsabilidade civil geral	254	267	-13	-105
Crédito e caução	6	9	-3	-9
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	5 812	5 758	54	447
Diversos	853	672	181	145
Total	16 942	16 259	683	706

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanco		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes de trabalho	188 290	177 221	10 897	861
Acidentes pessoais e doença	10 247	14 314	-4 117	-1 956
Incêndio e outros danos	43 122	30 865	12 271	-3 788
Automóvel	199 517	227 746	-29 096	-17 530
Marítimo, aéreo e transportes	6 601	6 778	-191	293
Responsabilidade civil geral	21 304	19 339	1 960	-1 496
Crédito e caução	80	36	20	-525
Proteção jurídica	64	45	19	-98
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 552	1 485	67	1 139
Total	470 777	477 829	-8 170	-23 100

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 128 552 milhares de euros (2011: 121 187 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2012 e 2011 foi nulo, e uma atualização das contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 7 668 milhares de euros (2011: 7 244 milhares de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 20 696 milhares de euros (2011: 21 471 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 21 620 milhares de euros (2011: 17 203 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2011 (1)	Sinistros Pagos em 2012 (2)	Provisão para Sinistros em 31.12.2012 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	191 535	34 582	158 090	1 137
Incêndio e outros danos	30 865	14 917	15 948	-
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	194 985	35 677	134 089	-25 219
- Outras coberturas	32 761	9 371	8 254	-15 136
Marítimo, aéreo e transportes	6 778	1 839	4 354	-585
Responsabilidade civil geral	19 339	3 012	16 699	372
Crédito e caução	36	4	42	10
Proteção jurídica	45	19	43	17
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 485	981	125	-379
Total	477 829	100 402	337 644	-39 783

* Sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores.

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos no ramo Acidentes de Trabalho derivam do facto do mapa não considerar os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas.

No ramo Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a

su a melhor adequação, face aos montantes pagos em 2012 e ao que se perspetiva futuramente. Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes de trabalho	2 370	1 182	1 188	884
Acidentes pessoais e doença	243	235	8	18
Incêndio e outros danos	18 698	14 082	4 616	407
Automóvel	8 778	8 180	598	-3 162
Marítimo, aéreo e transportes	2 812	3 183	-371	143
Responsabilidade civil geral	6 132	7 724	-1 592	-1 029
Crédito e caução	41	2	39	-5
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 263	1 183	80	901
Total	40 337	35 771	4 566	-1 843

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1 298 milhares de euros (2011: 1 108 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2012 é analisado como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
	Acidentes e doença	79 659	2 789	6 773
Incêndio e outros danos	28 870	1 318	12 226	42 414
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	62 015	4 191	-20 651	45 555
- Outras coberturas	35 415	1 979	-8 817	28 577
Marítimo, aéreo e transportes	3 139	114	-191	3 062
Responsabilidade civil geral	4 090	485	1 960	6 535
Crédito e caução	11	2	20	33
Proteção jurídica	13	11	19	43
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 087	7	67	1 161
Total	214 299	10 896	-8 594	216 601
Resseguro aceite	6 343	-	424	6 767
Total Geral	220 642	10 896	-8 170	223 368

A discriminação dos custos com sinistros 2011 é analisado como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
	Acidentes e doença	83 238	2 777	-1 095
Incêndio e outros danos	37 171	1 392	-3 269	35 294
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	70 310	4 354	-20 679	53 985
- Outras coberturas	37 494	2 101	1 784	41 379
Marítimo, aéreo e transportes	3 112	105	293	3 510
Responsabilidade civil geral	3 358	390	-1 474	2 274
Crédito e caução	97	2	-525	-426
Proteção jurídica	18	15	-98	-65
Assistência	-	-	-	-
Diversos	465	4	1 139	1 608
Total	235 263	11 140	-23 924	222 479
Resseguro aceite	7 049	-	824	7 873
Total Geral	242 312	11 140	-23 100	230 352

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	1 045	1 045	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	1 045	1 045	-	-

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	5 789	5 220	569	519
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	2	-2	-
Crédito e caução	544	534	10	108
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	66	59	7	6
Total	6 399	5 815	584	633

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	3 355	3 237	118	-5 540
Incêndio e outros danos	4 731	2 873	1 858	2 112
Automóvel	9 167	13 203	-4 036	-4 348
Marítimo, aéreo e transportes	27	-	27	-6
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-39
Proteção jurídica	-	1	-1	-1
Assistência	230	622	-392	-334
Diversos	57	146	-89	-116
Total	17 567	20 082	-2 515	-8 272

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho, comparando os custos efetivos com estimativas anteriores é como segue:

	(milhares de euros)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos.	302 579	305 512	328 733	363 800	375 014	394 397	396 273	390 866	371 996	349 728	334 143
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	108 328	106 724	91 174	105 504	100 096	98 779	94 708	95 049	95 612	84 196	
Dois anos depois	162 811	149 681	141 526	157 627	145 308	135 925	128 265	126 542	123 604		
Três anos depois	194 772	185 956	176 790	191 998	171 505	160 955	150 067	146 151			
Quatro anos depois	223 751	213 367	201 716	213 580	192 108	177 757	165 044				
Cinco anos depois	245 653	235 135	220 093	230 853	206 571	189 563					
Seis anos depois	263 670	250 333	233 869	244 762	216 254						
Sete anos depois	275 464	262 243	243 757	253 229							
Oito anos depois	284 198	269 575	250 265								
Nove anos depois	289 737	274 911									
Dez anos depois	293 832										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	313 397	327 363	338 836	354 407	366 449	366 560	369 571	347 727	341 903	306 449	
Dois anos depois	325 422	334 297	334 918	356 147	348 138	349 376	329 811	322 459	302 186		
Três anos depois	331 367	332 408	333 196	354 218	338 431	316 055	314 346	289 351			
Quatro anos depois	331 221	331 075	339 341	352 070	311 532	311 642	288 448				
Cinco anos depois	329 943	343 336	336 647	331 796	313 127	290 264					
Seis anos depois	347 740	340 872	323 690	334 384	295 603						
Sete anos depois	345 961	335 816	327 291	319 336							
Oito anos depois	344 154	341 335	313 502								
Nove anos depois	350 775	328 545									
Dez anos depois	338 073										
Excedente/ (défice) acumulado	-35 494	-23 033	15 231	44 464	79 411	104 133	107 825	101 515	69 810	43 279	

A Tranquilidade pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro em 2012 foi constituído por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas, Cobertura Catastrófica e *Stop Loss*), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Quota parte
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Cauções	Quota parte
Cauções (fidelidade)	Quota parte
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio (estabelecimento & riscos industriais)	Proporcional
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos	<i>Stop Loss</i>
Incêndio e outros danos (agregada)	Excesso de perdas (XL)
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (mercadorias transportadas)	Proporcional
Marítimo	Excesso de perdas (XL)
Saúde	Quota parte
Assistência	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2012	2011
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-17 343	-17 606
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-13 394	-13 159
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos actuais pensionistas de acid. de trabalho	-1 677	-1 587

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela Tranquilidade, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pela Comissão Executiva;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pela Comissão Executiva;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pela Comissão Executiva;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de ativos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor. O crescimento do negócio em Angola e Moçambique justifica a variação face ao ano transato. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2012	2011
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-716	-46

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2012	2011
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-30 765	-43 594

Risco Imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2012	2011
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-12 183	-14 667

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através de *repos* e das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho, por força da realização de testes de adequação de responsabilidades.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia.

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2012	2011
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. Na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	7 881	6 507
	Subida de 100 b.p. Na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-7 356	-6 202

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2012	2011
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. Na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-1 352	-363
	Subida de 100 b.p. Na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	1 341	350

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações corporate, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

Rating	(milhares de euros)			
	2012		2011	
	%	Valor	%	Valor
AAA	9%	27 068	12%	34 361
AA	4%	12 432	4%	10 414
A	18%	53 061	16%	43 555
BBB	9%	27 251	28%	77 351
BB	53%	152 639	37%	102 669
B	6%	16 828	2%	5 828
CC	0%	1 112	1%	1 446
Unrated	0%	-	0%	-
Total	100%	290 391	100%	275 624

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade, é analisada como segue:

Setor de Atividade	(milhares de euros)					
	2012			2011		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade Bruto
Recursos básicos	1%	5 839	-25	0%	815	-25
Comunicações	2%	11 161	-470	1%	8 802	-461
Bens consumíveis (cíclico)	1%	4 841	-	1%	5 941	-163
Bens consumíveis (não-cíclico)	3%	15 299	-163	1%	7 764	-
Energia	0%	-	-	0%	-	-
Financeiro	62%	369 365	-1 037	70%	505 911	-1 201
Fundos	5%	27 751	-1	2%	14 539	-1 764
Dívida pública	15%	90 581	-	14%	103 213	-4 542
Industrial	1%	8 657	-	1%	5 760	-
Medicina	8%	50 223	-	7%	49 842	-
Tecnologia	0%	2 969	-	0%	-	-
Serviços públicos/ coletivos	1%	7 283	-	2%	14 776	-
Outros	1%	4 371	-	0%	2 356	-
Total	100%	598 340	-1 696	100%	719 719	-8 156

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para ne-

gociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda, Investimentos a deter até à maturidade e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/ excedentes de capital.

A análise de maturidade dos ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

(milhares de euros)							
2012	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	20 444	145 143	183 620	250 841	63 011	340 355	1 003 414
Passivos financeiros	1 396	33 421	164 208	3 384	-	-	202 409
Líquido	19 048	111 722	19 412	247 457	63 011	340 355	801 005

(milhares de euros)							
2011	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	14 814	346 448	170 659	207 633	72 665	328 374	1 140 593
Passivos financeiros	859	195 132	59 827	3 319	-	-	259 137
Líquido	13 955	151 316	110 832	204 314	72 665	328 374	881 456

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e efetuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na Tranquilidade face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na Tranquilidade para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Tranquilidade se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os Clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a Tranquilidade apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da Tranquilidade (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na Tranquilidade encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da

Norma do ISP nº 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a Tranquilidade dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A Tranquilidade monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº6/2007-R, de 27 de abril, do ISP e o cálculo da respetiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	278 018	357 610
Margem de Solvência a Constituir	52 889	53 283
Resultado na ótica dos prémios	52 889	53 283
Resultado na ótica dos sinistros	49 359	48 056
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	51 883	49 399
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 500
Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência	225 129	304 327
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	526%	671%

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2012	2011
Rácio de sinistralidade ^{a)}	64,6%	64,8%
Rácio de aquisição ^{b)}	20,9%	20,4%
Rácio administrativo ^{c)}	8,8%	8,7%
Rácio Combinado	94,3%	93,9%

a) Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos/ prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos.

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Contas a receber	2 867	2 820
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-1 548	-1 380
Total Líquido	1 319	1 440

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Inventários	219	210

Nota 5 – Outros Passivos Financeiros

A decomposição desta rubrica pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	357	158
Derivados	-	2
Acordos de recompra - valores a pagar	149 055	167 078
Participações financeiras subscritas por liquidar	3 037	-
Outros	1 396	859
Valor de Balanço	153 845	168 097

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. Os valores de Derivados encontram-se analisados na Nota 6.

Os valores de Outros registados em 2011 e 2012 dizem respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira otimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados.

Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Ativos financeiros disponíveis para venda	288 092	260 901
Investimentos em filiais e associadas	246 096	380 890
Depósitos a prazo	211 368	216 020
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	4 100	4 617
Ativos financeiros detidos para negociação	2	-
Investimentos a deter até à maturidade	86 045	107 589
Total Participações e Instrumentos Financeiros	835 703	970 017

Os investimentos em filiais e associadas são alvo de exposição na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

Ativos Financeiros ao Justo Valor por Ganhos e Perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	4 100	4 617
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	4 100	4 617
Valor de aquisição	4 841	7 437

A Companhia possuiu nesta tipologia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, como segue:

(milhares de euros)		
Tipo de Risco	2012	2011
Crédito estruturado	4 100	4 617
Derivado de crédito	-	-
Total	4 100	4 617

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	41 612	34 021
De outros emissores	158 634	129 397
Ações	10 219	10 587
Outros títulos de rendimento variável	77 627	86 896
Valor de Balanço	288 092	260 901

Estão incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Ativos disponíveis para venda, no valor de 104 148 milhares de euros (2011: 108 152 milhares de euros).

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	38 717	-153	-4 543	34 021
De outros emissores	150 209	-19 778	-1 034	129 397
Ações	4 976	6 426	-815	10 587
Outros títulos de rendimento variável	90 269	-1 609	-1 764	86 896
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	284 171	-15 114	-8 156	260 901
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	41 982	291	-661	41 612
De outros emissores	165 005	-5 998	-373	158 634
Ações	4 696	6 184	-661	10 219
Outros títulos de rendimento variável	78 365	-737	-1	77 627
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	290 048	-260	-1 696	288 092

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	8 156	5 724
Dotações do exercício	12	6 236
Anulações do exercício por venda de ativos	-6 472	-3 804
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	1 696	8 156

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-5 044
Ações e outros títulos de rendimento variável	-12	-1 192
Total	-12	-6 236

Ativos Financeiros Detidos para Negociação

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)			
	2012		2011	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados				
Contratos <i>Forward</i>	2	379	-2	406
Opções	-	-	-	-
Total	2	379	-2	406

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. Quando os contratos apresentam, como em 2011, um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, em Outros passivos financeiros – Outros.

Investimentos a Deter até à Maturidade

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	48 969	66 155
De outros emissores	37 076	41 434
Valor de Balanço	86 045	107 589
Valor de balanço (sem juro decorrido)	84 070	105 442
Valor de aquisição	83 134	104 095
Valor de mercado	86 710	85 133

Estão incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 60 950 milhares de euros (2011: 86 158 milhares de euros).

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	(milhares de euros)		
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	66 155	-	66 155
De outros emissores	41 434	-	41 434
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	107 589	-	107 589
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	48 969	-	48 969
De outros emissores	37 076	-	37 076
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	86 045	-	86 045

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 91 007 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Na Data de Transferência									
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos Cash Flows Futuros (a)	Taxa Efetiva (b)	Valor de Mercado (final do exercício)		Reserva de Justo Valor Amortizada Acumulada (final do exercício)	
			Positiva	Negativa			2011	2012	2011	2012
De ativos financeiros disponíveis para venda	97 674	91 007	14	-8 329	119 259	7,3%	73 207	79 525	-1 860	-3 730

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Tranquilidade seria o seguinte:

(milhares de euros)

	2012	2011
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Impacto no capital próprio		
- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	2 165	-20 292
- Reserva por impostos diferidos	-626	5 872
	1 539	-14 420

Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos conforme segue:

(milhares de euros)

	2012	2011
Empréstimos concedidos	25 386	33 501
Depósitos junto de empresas cedentes	1	1
Acordos de revenda - valores a receber	16 597	21 111
Outros	897	-
Total de Outros Ativos Financeiros	42 881	54 613

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

O montante de empréstimos diz respeito a prestações acessórias e outros empréstimos ou suprimentos concedidos, conforme segue:

(milhares de euros)

	2012	2011
Prestações acessórias - T-Vida	-	12 500
Prestações acessórias - LOGO	19 500	17 500
Prestações acessórias - Europ Assistance	1 410	1 410
Suprimentos - Contact Center	277	277
Suprimentos - Esumédica	1 000	-
Suprimentos - Imocrescente	1 400	-
Empréstimos a colaboradores	1 799	1 814
Total de Empréstimos Concedidos	25 386	33 501

Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registrados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registrados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2012		2011	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26 158	26 158	25 726	25 726
Empréstimos e contas a receber	254 249	254 249	270 633	270 633
Investimentos a deter até à maturidade	88 685	86 045	87 280	107 589
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	98 672	98 672	90 237	90 237
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	467 764	465 124	473 876	494 185
Outros passivos financeiros	153 845	153 845	168 095	168 095
Outros credores por operações de seguros e outras operações	48 564	48 564	91 040	91 040
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	202 409	202 409	259 135	259 135

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

Metodologias de Valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e unidades de participação	77 627	-	-	77 627
Ações e outros títulos de rendimento variável	89	-	256 226	256 315
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	265 102	16 236	9 053	290 391
Derivados	-	2	-	2
Total	342 818	16 238	265 279	624 335

(milhares de euros)

	2011			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos e unidades de participação	86 896	-	-	86 896
Ações e outros títulos de rendimento variável	273	-	391 204	391 477
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	215 252	54 660	5 712	275 624
Derivados	-	-	-	-
Total	302 421	54 660	396 916	753 997

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores de Ações e Outros Títulos de Rendimento Variável incluem os Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os níveis representam a seguinte descrição:

- Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Exposição à Dívida Soberana

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2012					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	21 208	21 208	223	2,5%	2	1
Investimentos a deter até à maturidade	41 522	42 567	-	4,1%	4	-
	62 730	63 775	223			
Grécia						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Irlanda						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	1 872	2 165	-	4,6%	3	-
	1 872	2 165	-			
Total	64 602	65 940	223			

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2011					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 989	3 989	-156	5,0%	1	1
Investimentos a deter até à maturidade	58 765	45 894	-	2,9%	4	-
	62 754	49 883	-156			
Grécia						
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 446	1 446	-	6,0%	7	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	0%	-	-
	1 446	1 446	-			
Irlanda						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	0%	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	1 823	1 850	-	4,6%	4	-
	1 823	1 850	-			
Total	66 023	53 179	-156			

Nota 7 - Investimentos em Filiais e Associadas

Na apresentação das suas demonstrações financeiras individuais a Tranquilidade detém o seguinte conjunto de investimentos:

(milhares de euros)

Nome da Empresa/ Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros 2012			
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 230 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	865 913	800 739	65 174	4 530
Seguros LOGO, S.A. R. D. Manuel II, 290 4050-344 Porto (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	29 439	23 650	5 789	-2 999
Esumédica-Prestação de Serviços Médicos, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	1 211	2 839	-1 628	-53
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Rua da Sé, nº 114, 1º andar, Porta 111 Distrito Urbano 1	Subsidiária	Justo Valor	99,996	100,00	100,00	1 468	337	1 131	-246
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Rua da Sé, nº 114, 1º andar, Porta 111 Distrito Urbano 1	Subsidiária	Justo Valor	99,997	100,00	100,00	1 622	159	1 463	-381
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C 1800-218 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	55,42	55,42	55,42	6 544	4 927	1 617	241
Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, S.A. Av. da Liberdade, 49 a 57, 1º 1250-139 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	51,00	51,00	51,00	10 338	2 751	7 588	2 312
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM, Rua Marechal Brós Tito, nº 35 15ºD LUANDA	Empresa Associada	Justo Valor	49,00	49,00	49,00	8 197	6 726	1 471	-4 398
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3º e 4º 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	47,00	47,00	47,00	50 053	35 048	15 005	2 797
BES, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	25,00	25,00	25,00	120 243	90 066	30 177	6 831

A participação de 55,42% na Espírito Santo Contact Center, S.A., para efeitos de contas consolidadas é elevada para 56,30%, tendo em atenção a participação indireta via BES, Companhia de Seguros, S.A..

Os investimentos em 31 de dezembro de 2012 apresentam a seguinte segregação por empresa e composição do valor de balanço:

No decorrer do exercício de 2012, em termos de alterações a nível da estrutura das participações, de realçar:

- o início das operações nas seguradoras em África com participações de praticamente 100% na Tranquilidade Moçambique - Companhia de Seguros, S.A. e na Tranquilidade Moçambique - Companhia de Seguros Vida, S.A., e de 49% na Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A;
- alienação da participação de 50% na Pastor Vida, S.A. de Seguros y Reaseguros, tendo originado um efeito bruto de impostos nos resultados de 2012 no valor de 6 525 milhares de euros.

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare	486	38 514	-	39 000
BES Seguros	3 759	14 841	-	18 600
ES Contact Center	1 846	2 154	-	4 000
Esumédica	445	655	-	1 100
Europ Assistance	4 222	20 278	-	24 500
LOGO	20 000	-	-	20 000
Tranquilidade Corp. Angolana Seguros	7 318	-508	-	6 810
Tranquilidade Moçambique Seguros	1 361	-85	-	1 276
Tranquilidade Moçambique Seguros Vida	1 810	-100	-	1 710
T-Vida	77 489	51 611	-	129 100
Total	118 736	127 360	-	246 096

As alterações aos valores das participações ao longo de 2012 foram como segue:

	(milhares de euros)				
	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço Final
Advancecare	39 400	-	-	-400	39 000
BES Seguros	21 800	-	-	-3 200	18 600
ES Contact Center	4 700	-	-	-700	4 000
Esumédica	1 100	-	-	-	1 100
Europ Assistance	24 790	-	-	-290	24 500
LOGO	20 000	-	-	-	20 000
Pastor Vida	150 000	-150 000	-	-	-
Tranquilidade Corp. Angolana Seguros	-	7 318	-	-508	6 810
Tranquilidade Moçambique Seguros	-	1 361	-	-85	1 276
Tranquilidade Moçambique Vida	-	1 810	-	-100	1 710
T-Vida	119 100	-	-	10 000	129 100
Total	380 890	-139 511	-	4 717	246 096

Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Caixa	294	1 095
Depósitos em instituições de crédito	25 864	24 631
Total	26 158	25 726

Nota 9 - Terrenos e Edifícios

A valorização do património imobiliário é efetuada pelo modelo do custo nos imóveis de serviço próprio e pelo modelo de justo valor nos imóveis de rendimento. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações de forma regular a todos os imóveis.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método comparativo de mercado é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas.

Os imóveis são classificados como de uso próprio na medida em que façam da atividade operacional da empresa e de rendimento nos casos restantes. Existem alguns que, pelo seu uso ser repartido merecem a classificação de mistos, sendo cada parte analisada e valorizada sepa-

radamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2012	2011
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	46 501	65 814
Adições por aquisição	62	-
Adições por beneficiações	198	236
Transferências	-	3 640
Abates/ Vendas	-	-23 552
Variações justo valor	-645	363
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	46 116	46 501

Todos os imóveis de rendimento detidos pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objetivo exclusivo de valorização. A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	35 577	40 875
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	10 539	5 626
Total	46 116	46 501

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Rendimentos de Rendas	1 108	2 328
Custos Operacionais	352	532
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	159	491
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	193	41

Englobado nos rendimentos de rendas acima referidos, existe um arrendamento de cerca de 248 mil euros anuais, por um período definido (i.e. 2019), referente a um espaço comercial e sujeito a renegociação com o arrendatário após esse período.

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Valor Bruto	28 500	28 295
Amortizações e imparidades acumuladas	-4 032	-3 569
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	24 468	24 726

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
Ativos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2012	2011
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	24 726	37 839
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	205	227
Transferências	-	-260
Abates/ vendas	-	-13 642
Imparidades - [(Dotação)/ Utilização]	-	1 270
Amortizações do exercício	-463	-708
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	24 468	24 726

Nota 10 - Outros Ativos Fixos Tangíveis e Inventários

Para além dos imóveis de serviço próprio referidos no ponto anterior, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Equipamento	42 050	40 766
Equipamento administrativo	4 433	4 412
Máquinas e ferramentas	1 673	1 643
Equipamento Informático	31 681	31 152
Instalações interiores	1 950	1 950
Despesas edifícios arrendados	995	726
Material transporte	868	439
Outras imobilizações corpóreas	450	444
Imobilizado em Curso	4 807	3 842
Amortizações Acumuladas	-39 612	-38 302
Imparidades	-	-
Total	7 245	6 306

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

	(milhares de euros)		
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2011	2 862	3 168	6 030
Adições	1 013	4 054	5 067
Transferências	-	-3 380	-3 380
Amortizações do exercício	-1 411	-	-1 411
Abates/ vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	2 464	3 842	6 306
Adições	1 316	965	2 281
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-1 339	-	-1 339
Abates/ vendas	-3	-	-3
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	2 438	4 807	7 245

De referir ainda a existência de outros ativos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2012, 219 milhares de euros (2011: 210 milhares de euros).

Nota 11 - Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os ativos afetados e não afetados às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

	(milhares de euros)		
	2012		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	25 370	788	26 158
Terrenos e edifícios	70 584	-	70 584
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	240 996	5 100	246 096
Ativos financeiros detidos para negociação	2	-	2
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	4 100	-	4 100
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	287 193	899	288 092
Empréstimos concedidos e contas a receber	251 837	2 412	254 249
Investimentos a deter até à maturidade	86 045	-	86 045
Outros ativos tangíveis	-	7 245	7 245
Outros ativos	-	202 038	202 038
Total	966 127	218 482	1 184 609

	(milhares de euros)		
	2011		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	23 879	1 847	25 726
Terrenos e edifícios	71 227	-	71 227
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	375 090	5 800	380 890
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	4 617	-	4 617
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	259 974	927	260 901
Empréstimos concedidos e contas a receber	268 212	2 421	270 633
Investimentos a deter até à maturidade	107 589	-	107 589
Outros ativos tangíveis	-	6 306	6 306
Outros ativos	-	186 181	186 181
Total	1 110 588	203 482	1 314 070

Nota 12 - Ativos Intangíveis

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Goodwill* representa a diferença positiva entre o custo de aquisição da Companhia de Seguros ESIA e o justo valor atribuível dos respetivos

ativos líquidos adquiridos e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais, sendo que o valor recuperável não revela a existência de sinais de imparidade.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Goodwill	25 785	25 785
Outros intangíveis	61 475	55 600
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	45 004	40 819
Software	10 752	9 823
Intangíveis em curso	5 719	4 958
Amortizações acumuladas	-46 796	-42 368
Imparidades	-	-
Total	40 464	39 017

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)					
	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2011	25 785	13 668	7 849	1 971	3 848	39 453
Adições	-	4 066	286	170	3 610	4 066
Amortizações do exercício	-	-4 502	-3 820	-682	-	-4 502
Imparidades	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	2 370	130	-2 500	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	25 785	13 232	6 685	1 589	4 958	39 017
Adições	-	5 903	192	507	5 204	5 903
Amortizações do exercício	-	-4 428	-3 805	-623	-	-4 428
Imparidades	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-28	3 994	421	-4 443	-28
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	25 785	14 679	7 066	1 894	5 719	40 464

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	-4 428	-4 502
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	1 114	1 139
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	2 310	2 347
Gastos administrativos	997	1 009
Gastos financeiros		
Outros	7	7

Nota 13 – Outros Ativos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Ativo Bruto	66 772	62 315
Tomadores de seguro		
-Recibos por cobrar	56 571	52 622
-Reembolsos de sinistros	8 081	6 913
Mediadores de seguro	228	297
Co-seguradoras	1 892	2 483
Ajustamentos	-5 769	-5 763
Recibos por cobrar	-4 028	-4 314
Créditos de cobrança duvidosa	-1 741	-1 449
Ativo Líquido	61 003	56 552

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 2 867 milhares de euros (2011: 2 820 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Ativo Bruto	10 467	8 969
Resseguradores	10 063	8 965
Ressegurados	404	4
Ajustamentos	-262	-223
Créditos de cobrança duvidosa	-262	-223
Ativo Líquido	10 205	8 746

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Ativo bruto	28 304	25 726
Entidades relacionadas	27	20
IFADAP	12 415	11 309
FAT	945	922
Gestão por conta IDS e Representadas	1 839	2 794
Cauções	755	1 036
Rendas e outros valores à cobrança	1 246	567
Pessoal	433	462
Outros valores a receber	10 644	8 616
Ajustamentos	-840	-787
Créditos de cobrança duvidosa	-840	-787
Ativo Líquido	27 464	24 939

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de janeiro	4 314	4 462
Dotações do exercício	-	-
Utilizações do exercício	-286	-148
Saldo em 31 de Dezembro	4 028	4 314
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de janeiro	2 459	2 743
Dotações do exercício	384	-
Utilizações do exercício	-	-284
Saldo em 31 de Dezembro	2 843	2 459

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Acréscimos de Rendimentos	245	815
-Prestações de serviços	245	815
Gastos Diferidos	1 194	1 466
-Seguros	14	195
-Gastos de aquisição	1 180	1 271
Total	1 439	2 281

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	2 948	3 272
Mediadores de seguro		
-Comissões a pagar	4 808	4 628
-Contas correntes	1 322	945
Co-seguradoras	14 100	13 843
Total	23 178	22 688

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Resseguradores	16 647	14 065
Ressegurados	149	647
Total	16 796	14 712

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Entidades relacionadas	441	415
Fornecedores de bens em <i>leasing</i>	1 692	1 648
Outros fornecedores de bens e serviços	1 516	2 136
IFADAP	1 692	1 671
Pensões AT	1 053	1 363
Participações financeiras por liquidar	-	44 621
Outros valores a pagar	2 196	1 786
Total	8 590	53 640

O valor de Participações financeiras por liquidar de 2011 diz respeito ao montante remanescente da aquisição da seguradora Pastor Vida, agendado para serem realizado em períodos pré-acordados de 5 e 10 anos, com base em valores fixos e em valores variáveis apurados em função dos objetivos de gestão acordados. A redução verificada resulta da venda da participação financeira e do correspondente desreconhecimento da dívida.

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Rendimentos Diferidos	335	291
-Rendas	335	291
Acréscimo de Custos	19 244	19 873
-Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	6 209	5 933
-Custos de aquisição (incentivos e comissões)	3 745	4 247
-Fornecimentos e serviços externos	8 908	9 304
-Impostos	382	389
Total	19 579	20 164

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Impostos	3 416	2 954
Total	3 416	2 954

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	2 954	2 635
Dotações do exercício	488	656
Diminuição da provisão	-26	-337
Saldo em 31 de Dezembro	3 416	2 954

A variação positiva de Outras provisões é explicada pela variação da componente de impostos relativa a juros compensatórios a pagar no caso de uma decisão desfavorável relativamente à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC de 2006, 2007, 2008 e 2009, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial e ao reinvestimento de mais-valias fiscais resultantes da venda de uma participação financeira. Esta variação é incluída em custos por natureza a imputar.

Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	102 940	107 492	-647	-676	103 587	108 168
Incêndio e outros danos	64 962	62 232	470	573	64 492	61 659
Automóvel	142 029	147 349	-3 208	1 249	145 237	146 100
Marítimo, aéreo e transportes	7 003	7 014	203	-91	6 800	7 105
Responsabilidade civil geral	11 139	10 459	-164	-200	11 303	10 659
Crédito e caução	40	54	-3	-10	43	64
Proteção jurídica	14	16	-	-1	14	17
Assistência	10 891	10 295	49	633	10 842	9 662
Diversos	2 571	2 301	91	183	2 480	2 118
Total	341 589	347 212	-3 209	1 660	344 798	345 552

Os prémios brutos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acidentes e doença	3 279	3 591	-84	-74	3 363	3 665
Incêndio e outros danos	28 758	26 122	484	195	28 274	25 927
Automóvel	1 611	1 655	-	-	1 611	1 655
Marítimo, aéreo e transportes	3 747	3 756	64	107	3 683	3 649
Responsabilidade civil geral	1 370	1 720	-13	-105	1 383	1 825
Crédito e caução	14	23	-3	-9	17	32
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	10 993	11 000	54	447	10 939	10 553
Diversos	2 475	2 051	181	145	2 294	1 906
Total	52 247	49 918	683	706	51 564	49 212

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não-Vida e resseguro aceite de 2012, analisado como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)				
	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	102 851	103 530	89 221	28 498	1 319
Incêndio e outros danos	64 516	64 166	42 414	21 990	-9 872
Automóvel					
-Responsabilidade civil	89 844	91 459	45 555	24 943	-56
-Outras coberturas	45 003	45 847	28 577	15 521	-522
Marítimo, aéreo e transportes	6 965	6 765	3 062	1 844	-1 496
Responsabilidade civil geral	11 131	11 298	6 535	3 983	-2 552
Crédito e caução	40	43	33	18	14
Proteção jurídica	14	14	43	6	-
Assistência	10 891	10 842	-	2 011	-9 452
Diversos	2 535	2 444	1 161	536	-828
Total	333 790	336 408	216 601	99 350	-23 445
Resseguro aceite	7 799	8 390	6 767	2 074	-197
Total Geral	341 589	344 798	223 368	101 424	-23 642

Nota 16 – Rendimentos/Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Juros	15 158	16 534
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 285	3 496
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	224	290
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	5 663	6 745
Depósitos, empréstimos e outros ativos	5 986	6 003
Rendas	1 108	2 328
Terrenos e edifícios	1 108	2 328
Dividendos	10 820	11 130
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	10 102	10 024
Ativos financeiros disponíveis para venda	718	1 106
Total	27 086	29 992

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3 724	4 134
De outros emissores	5 448	6 396
Ações	10 586	10 817
Outros títulos de rendimento variável	234	313
Imóveis	1 108	2 328
Depósitos	5 658	5 978
Empréstimos e outros ativos	328	26
Total	27 086	29 992

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Custos imputados à função investimentos	926	1 217
Juros de acordos de recompra	1 364	1 472
Custos diretos de funcionamento	352	532
Total	2 642	3 221

Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)					
	2012			2011		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados	19 025	-12 198	6 827	11 541	-8 479	3 062
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 600	-3 819	1 781	11 486	-6 323	5 163
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	55	-	55
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13 425	-8 379	5 046	-	-2 156	-2 156
Financeiros - Ao Justo Valor por Resultados	1 280	-1 046	234	21 182	-3 497	17 685
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	140	-1 046	-906	21 182	-98	21 084
Ativos financeiros detidos para negociação	1 140	-	1 140	-	-3 399	-3 399
Não Financeiros	618	-1 263	-645	3 049	-2 923	126
Terrenos e edifícios - uso próprio	-	-	-	1 303	-997	306
Terrenos e edifícios - rendimento	618	-1 263	-645	1 746	-1 926	-180
Total	20 923	-14 507	6 416	35 772	-14 899	20 873

Nota 18 - Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	2012			2011		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Ao Justo Valor	2 924	-829	2 095	-	-1 328	-1 328
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
-Títulos de dívida	2 924	-829	2 095	-	-1 328	-1 328
Não Financeiros	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios - rendimento	-	-	-	-	-	-
Total	2 924	-829	2 095	-	-1 328	-1 328

Nota 19 - Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)					
	2012			2011		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	372	-302	70	70	-53	17
Ativos financeiros detidos para negociação	202	-209	-7	28	-22	6
Outros	8	-11	-3	3	-12	-9
Total	582	-522	60	101	-87	14

Nota 20 - Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Outros Rendimentos Técnicos	1 105	511
Comissões de gestão de co-seguro	230	200
Taxas de gestão de sinistros	5	19
Remuneração por serviços - IFADAP	-	5
Gestão por conta de sinistros	870	287
Outros Gastos Técnicos	2 394	1 764
Comissões de gestão de co-seguro	348	202
Gestão por conta de sinistros	2 046	1 562
Valor do Ganhos e Perdas	-1 289	-1 253

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Outros Rendimentos Não Técnicos	3 918	2 740
Restituição de impostos	7	-
Correções e acertos	967	1 117
Outros ganhos	1 281	434
Juros e outros ganhos financeiros	59	55
Serviços prestados	425	271
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	1	15
Serviços para a própria empresa	1 179	848
Outros Gastos Não Técnicos	7 605	8 219
Donativos	45	15
Mecenato	293	307
Ofertas a clientes	381	419
Multas	42	4
Quotizações	7	7
Rescisões contratuais	2 565	2 061
Dívidas incobráveis	-	386
Correções e acertos	1 435	1 058
Outros gastos	1 851	3 170
Serviços bancários e juros de mora	986	792
Valor do Ganhos e Perdas	-3 687	-5 479

O saldo da rubrica de Outras provisões é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Responsabilidade com obras coercivas	-	250
Impostos	26	87
Valor do Ganhos e Perdas	26	337

Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros – Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos de administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros) (%)									
2012	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 260	18%	14 982	42%	13 980	39%	341	1%	35 563	100%
Fornecimentos e serviços externos	3 268	15%	8 490	39%	9 883	45%	258	1%	21 899	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 418	100%	-	0%	2 418	100%
Amortizações	1 357	22%	3 032	49%	1 783	29%	58	1%	6 230	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	13	100%	-	0%	13	100%
Outros custos	11	4%	23	7%	10	3%	269	86%	313	100%
Total	10 896	16%	26 527	40%	28 087	42%	926	1%	66 436	100%

	(milhares de euros) (%)									
2011	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 284	17%	14 617	41%	14 860	41%	313	1%	36 074	100%
Fornecimentos e serviços externos	3 437	16%	8 526	40%	8 855	42%	331	2%	21 149	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 539	100%	-	0%	2 539	100%
Amortizações	1 400	21%	3 127	47%	1 859	28%	235	4%	6 621	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	106	100%	-	0%	106	100%
Outros custos	19	5%	40	10%	16	4%	338	82%	413	100%
Total	11 140	17%	26 310	39%	28 235	42%	1 217	2%	66 902	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22. O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Eletricidade e água	525	437
Combustíveis	364	342
Material de escritório, impressos e outros	139	117
Artigos para oferta	809	343
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	296	337
Manutenção de equipamento informático	1 740	1 407
Rendas	2 157	1 324
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	1 180	1 235
Despesas de deslocação e representação	1 293	1 502
Comunicações telefónicas e redes	887	1 086
Correios	1 252	1 204
Seguros	97	110
Avenças e honorários	321	462
Publicidade e marketing	1 766	1 684
Limpeza, higiene e conforto	392	436
Vigilância e segurança	320	295
Outsourcing, consultorias e trabalhos especializados	4 543	5 045
Serviços e desenvolvimentos informáticos	1 671	1 735
Quotizações APS	248	238
Cobrança de prémios	818	801
Formação de mediadores	345	328
Trabalho temporário	249	256
Outros serviços e fornecimentos diversos	487	425
Total	21 899	21 149

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
IVA suportado	180	270
Taxa para o ISP	806	816
Taxa para o FAT	737	718
Taxa para o FGA	-	-
Imposto municipal sobre imóveis	15	40
Taxa para o Governos Cívicos	572	589
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	55	57
Outros impostos, taxas e licenças	53	49
Total	2 418	2 539

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	3 805	3 820
Software	623	682
Equipamento informático	277	205
Imóveis de uso próprio	463	708
Equipamento administrativo e máquinas	240	299
Instalações interiores	298	245
Locação financeira	442	648
Outro equipamento	82	14
Total	6 230	6 621

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Provisão para impostos	13	106
Juros de depósitos de resseguradores	-	31
Juros de locação financeira	44	75
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	269	307
Total	326	519

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	36 529	36 398
Custos imputados	26 527	26 310
Outros custos de aquisição	7 911	7 913
Custos de aquisição diferidos (variação)	487	42
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	1 883	1 840
Custos imputados	28 087	28 235
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-8 462	-7 340
Total	92 962	93 398

Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2012	2011
Diretores	22	23
Gestores	78	56
Coordenadores	133	151
Técnicos	177	181
Especialistas	259	262
Auxiliares	6	5
Total	675	678

Estes quantitativos devem ser complementados com 4 colaboradores afetos à sucursal de Espanha. O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Remunerações - órgãos sociais	1 871	1 718
Remunerações - pessoal	25 803	25 703
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	146	133
Encargos sobre remunerações - pessoal	5 516	5 489
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	358	1 121
Seguros obrigatórios	764	696
Gastos de ação social	824	912
Formação	231	232
Outros gastos com pessoal	50	70
Total	35 563	36 074

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentados na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2012 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas, perfizeram o montante de 42 milhares de euros.

Nota 23 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez e morte nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até admitidos até 22 de junho de 1995.

Adicionalmente, assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Administradores benefícios pensões de reforma por velhice, invalidez e morte. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não tem qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Tranquilidade é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2012.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2012 e 2011, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2012	2011
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0%- 2,5% (*)	3,25%- 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0% - 2,5% (*)	0,75% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	3,26%-4,25% (*)	5,40%-4,94% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	1,00%	2,25%
Taxa de desconto	3,26%-4,25% (*)	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

O efeito das variações, positiva e negativa, de um ponto percentual na taxa de crescimento dos custos médicos, no agregado do custo do serviço corrente e de juros, bem como na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	2012		2011	
	+1 p.p.	-1 p.p.	+1 p.p.	-1 p.p.
No agregado do custo do serviço corrente e do custo dos juros do exercício	1	-1	1	-1
Na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego	22	-22	21	-21

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2012	2011
Ativos	319	320
Reformados	194	219
Total	513	539

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	2012			2011		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas Reconhecidas em Balanço						
Responsabilidades em 31 de dezembro	-33 342	-315	-33 657	-37 864	-552	-38 416
Saldo do fundo em 31 de dezembro	37 307	-	37 307	40 417	-	40 417
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	3 965	-315	3 650	2 553	-552	2 001

Adicionalmente, a Tranquilidade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 379 (2011: 402), e o valor total da responsabilidade ascende a 11 633 milhares de euros (2011: 12 448 milhares de euros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	2012			2011		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	37 864	552	38 416	43 110	798	43 908
Transferências para o fundo contribuição definida	-4 839	-146	-4 985	-	-	-
Custo do serviço corrente	559	2	561	883	3	886
Custo dos juros	1 708	17	1 725	2 235	40	2 275
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	1 857	3	1 860	-4 512	-177	-4 689
Pensões pagas pelo fundo	-3 807	-	-3 807	-3 852	-	-3 852
Benefícios pagos pela Companhia	-	-113	-113	-	-112	-112
Responsabilidades em 31 de Dezembro	33 342	315	33 657	37 864	552	38 416

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

	2012			2011		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	40 417	-	40 417	42 343	-	42 343
Alteração do plano	-4 839	-	-4 839	-	-	-
Rendimento real do fundo						
Rendimento esperado do fundo	1 782	-	1 782	2 040	-	2 040
Ganhos e perdas atuariais	3 754	-	3 754	-2 026	-	-2 026
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	-	-	-	1 912	-	1 912
Pensões pagas pelo fundo	-3 807	-	-3 807	-3 852	-	-3 852
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	37 307	-	37 307	40 417	-	40 417

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

	2012			2011		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	12 923	231	13 154	15 409	408	15 817
(Ganhos) e perdas atuariais						
-nas responsabilidades	1 857	3	1 860	-4 512	-177	-4 689
-nos ativos do plano	-3 754	-	-3 754	2 026	-	2 026
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	11 026	234	11 260	12 923	231	13 154

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2012			2011		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	-2 553	552	-2 001	767	798	1 565
Alteração do plano	-	-146	-146	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	1 857	3	1 860	-4 512	-177	-4 689
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-3 754	-	-3 754	2 026	-	2 026
Encargos do ano:						
-Custo do serviço corrente	559	2	561	883	3	886
-Custo dos juros	1 708	17	1 725	2 235	40	2 275
-Rendimento esperado do fundo	-1 782	-	-1 782	-2 040	-	-2 040
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-113	-113	-1 912	-112	-2 024
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	-3 965	315	-3 650	-2 553	552	-2 001

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2012			2011		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Custo do serviço corrente	559	2	561	883	3	886
Custo dos juros	1 708	17	1 725	2 235	40	2 275
Rendimento esperado do fundo	-1 782	-	-1 782	-2 040	-	-2 040
Alteração do plano	-	-146	-146	-	-	-
Custos do Exercício	485	-127	358	1 078	43	1 121

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2012	2011
Terrenos e edifícios	7 934	7 935
Ações e outros títulos de rendimento variável	12 315	12 645
Títulos de rendimento fixo	36 235	34 253
Depósitos em instituições de crédito	2 001	1 449
Devedores e credores do fundo	584	-226
Juros a receber	1 033	595
Valor a transferir do corte do plano	-5 658	-
Total	54 444	56 651

Os valores de ativos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a associada Tranquilidade representa cerca de 68,5% (2011: 71,3%) do total do fundo.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

(milhares de euros)

	2012		2011		2010		2009		2008	
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde								
Responsabilidades	-33 342	-315	-37 864	-552	-43 110	-798	-45 323	-751	-44 250	-705
Saldo dos fundos	37 307	-	40 417	-	42 343	-	45 010	-	43 087	-
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço	3 965	-315	2 553	-552	-767	-798	-313	-751	-1 163	-705

Nota 24 - Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2012 e 2011 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 31,44% e 28,94%, respetivamente, que correspondem às taxas nominais aprovadas à data do balanço. A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela DGI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2010, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Por se encontrarem pendentes de aceitação por parte da Administração Fiscal, as seguintes situações de benefícios fiscais, não foram ainda consideradas para efeitos contabilísticos de estimativa de imposto a pagar:

- Reporte fiscal de fusão, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

A Companhia apresentou resultado fiscal negativo no exercício de 2011 tendo havido lugar a apuramento de imposto diferido ativo sobre os valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

(milhares de euros)				
Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2010	13 767	13 767	-	2 014
2011	20 386	556	19 830	2 015
Total	34 153	14 323	19 830	

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2012 e 2011 explica-se como segue:

	2012		2011	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	41	16 904	7	14 759
Retenção de imposto na fonte	-	1 685	-	719
Imposto sobre o valor acrescentado	61	39	155	177
Outros impostos e taxas	74	7 478	103	7 613
Contribuições para a segurança social	137	840	138	831
Tributos das autarquias locais	-	120	-	120
Total	313	27 065	403	24 219

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

Rubricas	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Investimentos	385	2 400	-33 149	-48 619	-32 764	-46 219
Benefícios pós-emprego	89	90	-	-	89	90
Provisões técnicas	-	455	-	-	-	455
Provisão cobranças duvidosas	64	64	-	-	64	64
Prejuízos fiscais	4 969	8 550	-	-	4 969	8 550
Imóveis	560	-	-	-99	560	-99
Outros custos não dedutíveis	1 200	554	-158	-	1 042	554
Total	7 267	12 113	-33 307	-48 718	-26 040	-36 605

Os valores de 2011 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para os IFRS, processo que teve o seu término no final de 2012. Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2012 e 2011 foram reconhecidos como segue:

2012	(milhares de euros)		
	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-2 983	-2 983
Estimativa de IRC	-	-2 178	-2 178
Imposto autónomo	-	-805	-805
Imposto Diferido	15 376	-4 810	10 566
Investimentos	15 376	-1 920	13 456
Benefícios pós-emprego	-	-1	-1
Provisões técnicas	-	-455	-455
Prejuízos fiscais	-	-3 581	-3 581
Imóveis com intenção de venda	-	659	659
Outros custos não dedutíveis	-	488	488
Total	15 376	-7 793	7 583

2011	(milhares de euros)		
	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-827	-827
Estimativa de IRC	-	-	-
Imposto autónomo	-	-827	-827
Imposto Diferido	-17 570	5 987	-11 583
Investimentos	-17 570	805	-16 765
Benefícios pós-emprego	-	3 205	3 205
Provisões técnicas	-	-455	-455
Provisão cobranças duvidosas	-	-5	-5
Prejuízos fiscais	-	5 652	5 652
Imóveis com intenção de venda	-	-3 363	-3 363
Outros custos não dedutíveis	-	148	148
Total	-17 570	5 160	-12 410

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Resultado antes de impostos	26 250	28 718
Taxa de imposto	31,44%	28,94%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-8 253	-8 311
Dividendos excluídos da tributação	3 320	1 799
Benefícios fiscais	166	148
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-482	-646
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	-1 739	12 997
Imposto autónomo	-805	-827
Imposto Corrente + Diferido	-7 793	5 160

Nota 25 - Capital

O capital da Tranquilidade, de 160 milhões de euros representado por 32 milhões de ações de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado. Em 2011 foi subscrito um aumento de capital de 75 milhões de euros tendo sido realizados 25 milhões de euros. Durante o ano de 2012 foi deliberado anular a parte por realizar no montante de 50 milhões de euros, por ter deixado de existir o racional económico que originou a sua subscrição.

Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Reserva desvios atuariais

De acordo com uma das opções previstas no IAS 19 - Benefícios a empregados, a Tranquilidade reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Reservas de justo valor de ativos financeiros	122 515	171 428
Reserva por impostos diferidos	-33 149	-48 525
Outras reservas	35 266	29 984
-Reserva legal	45 598	42 210
-Reserva desvios atuariais	-11 260	-13 154
-Reservas livres	928	928
Reservas	124 632	152 887

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	127 360	192 997
Títulos de rendimento variável	5 447	4 818
Títulos de rendimento fixo	-10 292	-26 387
Reservas de Justo Valor	122 515	171 428

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	290 048	284 171
Custo de aquisição dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	118 736	187 893
408 784	472 064	
Imparidade	-1 696	-8 156
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	407 088	463 908
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	288 092	260 901
Justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	246 096	380 890
534 188	641 791	
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	127 100	177 883
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para investimentos detidos até à maturidade	-4 585	-6 455
Impostos diferidos e correntes	-33 149	-48 525
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	89 366	122 903

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Saldo a 01 de Janeiro	122 903	77 675
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-55 373	65 230
Imparidade reconhecida no ano	6 460	-2 432
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	15 376	-17 570
Saldo a 31 de Dezembro	89 366	122 903

Nota 27 – Resultados por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	18 457	33 878
Número de ações (final do exercício)	32 000 000	32 000 000
Resultados por Ação (em euros)	0,58	1,06

Nota 28 – Dividendos por Ação

A Companhia tem como acionista único a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., ao qual, durante o exercício de 2012 e 2011, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respetivos dividendos por ação:

	2012	2011
Dividendos (em milhares de euros)	40 000	5 000
Número de ações (início do exercício)	32 000 000	32 000 000
Dividendos por Ação (em euros)	1,25	0,16

Os valores de 2011 e 2012 incluem o pagamento de dividendos antecipados de 5 000 milhares de euros, relativo a cada um dos exercícios.

Em 2012 o valor indicado inclui um pagamento ordinário de dividendos de 10 000 milhares de euros, e um pagamento de 25 000 milhares de euros de distribuição extraordinária de bens, ao abrigo do estipulado no Art.º 31 do Código das Sociedades Comerciais.

Nota 29 - Transações entre Partes Relacionadas

O capital da Tranquilidade é detido na sua globalidade pela Partran, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A. com sede na rua de São Bernardo, nº 62 – 1200-826 Lisboa, a qual elabora contas consolidadas. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a empresa-mãe Tranquilidade e as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, serviços de informática, seguros Vida e Não Vida, comercialização de seguros, resseguro, gestão de seguros do ramo saúde, serviços médicos e serviços de *call center*.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o montante global dos ativos e passivos da Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2012				2011			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	-	310	4 196	1 105	12	321	3 984	906
BANCO ESPÍRITO SANTO	150 595	152 005	3 903	10 351	127 381	168 715	7 536	21 458
BES SEGUROS	7	34	-	983	11	-	-	1 227
BES VIDA	63	6	-	115	66	-	-	177
BESI	17	-	-	-	10 536	-	-	-
BESLEASING	496	805	44	13	393	1 515	75	15
BEST	1	-	-	-	4	-	-	-
E.S. CONTACT CENTER	278	1	88	158	294	22	121	110
E.S. INFORMÁTICA	-	-	36	-	-	-	6	-
E.S. INNOVATION	-	-	-	-	-	1	-	-
E.S. INVESTMENT	2 200	-	135	-	-	-	320	-
E.S. FINANCIAL PRT	2 068	-	-	18	2 068	-	-	-
E.S. SAÚDE	-	-	-	27	1	-	-	67
E.S. SERVIÇOS 2, ACE	4	-	501	119	-	44	565	14
ESAF	4	-	-	492	2	-	-	814
ESEGUR	142	17	292	300	129	12	279	292
ESFG	-	-	94	-	-	-	2 473	365
ESFIL	3 161	-	-	-	2 898	-	3	179
ESGEST	48	-	252	40	14	-	198	-
ESUMÉDICA	1 000	7	840	13	-	4	840	-
EUROP ASSISTANCE	1 410	-	-	-11 943	1 410	-	-	-11 843
GESFIMO	2	-	-	10	2	-	-	12
HERDADE DA COMPORTA	-	-	-	7	-	-	-	6
HOTÉIS TIVOLI	-	-	28	-	-	-	32	-
LOGO	19 505	7 262	8 501	7 626	17 514	7 646	11 123	9 012
MULTIPESSOAL-SERVIÇOS	58	-	239	254	63	-	251	198
MULTIPESSOAL-TRABALHO TEMPORÁRIO	-	20	-	-	-	22	-	-
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS	-	-	374	-	-	32	417	-
TOP ATLÂNTICO	-	1	859	-	-	69	1 101	-
BES AÇORES	136	-	-	-	-	-	-	-
IMOCRESCENTE	1 400	-	-	-	-	-	-	-
TRQ ANGOLA	3 959	-	-	-	-	-	-	-
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	201	-	-	-	-	-	-	-
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	121	-	-	-	-	-	-	-
PASTOR VIDA	-	-	-	5 039	-	-	-	3 113
T-VIDA	22	114	-	2 700	12 502	71	-	4 600
	186 898	160 582	20 382	17 427	175 300	178 474	29 324	42 877

Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 - Compromissos

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte, bem como contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2012	2011
Ativos tangíveis (valor bruto)	11 637	11 552
Amortizações acumuladas	-11 391	-10 949
Ativos Tangíveis (Valor Líquido)	246	603
Credores - Fornecedores de Bens	985	1 647

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

	(milhares de euros)		
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação financeira	153	368	464
Contratos de locação operacional	223	585	895

Nota 37 – Outras Informações

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2012

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiras ocorra próximo do final do período.

A Companhia não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades

de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance da Companhia.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto.

Adicionalmente, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido. Esta situação não terá impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva)

para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Companhia espera que a adoção das alterações à IFRS passem a exigir maior extensão as divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas. As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades. Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Esta alteração não terá qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado. O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “*silos*”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e contabilize-os em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao justo valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Companhia está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá impacto, se algum.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Companhia proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/ passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

- IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras
Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.
- IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis
A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.
- IAS 32 – Instrumentos Financeiros e IFRIC 2
Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.
- IAS 34 – Reporte Financeiro Intercalar
As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não terá impactos decorrentes da adoção destas alterações.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais. A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADVANCECARE	458 997			1,06	485 958,14	84,97	39 000 000,00
BES SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	24,80	18 600 000,00
ES CONTACT	831 251			2,22	1 846 077,58	4,81	4 000 000,00
ESUMEDICA	300 000			1,49	445 502,00	3,67	1 100 000,00
EUROPE ASSISTANCE	705 000			5,99	4 221 800,00	34,75	24 500 000,00
SEGUROS LOGO SA	4 000 000			5,00	20 000 000,00	5,00	20 000 000,00
T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	65 000 000			1,19	77 488 591,00	1,99	129 100 000,00
Subtotal	72 045 248				108 246 596,72		236 300 000,00
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,11	33 765,60
ES INV PLC	1			2,77	2,77	1 526,60	1 526,60
ESAF - ACTIVOS FINANCIEROS	100			22,93	2 293,30	112,34	11 234,04
ESPIRITO SANTO SAÚDE	2 655 000			1,25	3 308 200,00	3,44	9 123 000,00
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	3 223,00	128 920,00
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	5,07	712 417,40
Subtotal	3 102 701				4 479 055,31		10 010 863,64
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BES PL 5,875% 11/15		12 400 000,00	102,48%	100,3%	12 433 245,00	103,3%	12 813 550,19
BES PL FLOAT 12/15 HTM		2 200 000,00	99,95%	100,0%	2 200 020,52	100,0%	2 199 656,93
BESLEASING FACT SUBORD 22/10/14		520 000,00	95,14%	100,2%	521 040,00	95,5%	496 416,99
BESPL 3,375% 02/15 HTM REPO		8 000 000,00	92,70%	92,4%	7 394 908,20	95,6%	7 650 849,40
BESPL 3,375% 02/15 REPO		2 000 000,00	98,05%	99,9%	1 998 878,00	101,0%	2 019 647,54
BESPL 3,875% 01/21/2015		3 000 000,00	97,63%	98,9%	2 965 910,96	101,3%	3 038 479,92
BESPL 5,625% 06/14 HTM		9 100 000,00	94,36%	89,3%	8 126 993,01	97,6%	8 883 933,71
Subtotal		37 220 000,00			35 640 995,69		37 102 534,68
Subtotal	75 147 949	37 220 000,00			148 366 647,72		283 413 398,32
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
TRQ ANGOLA	2 450			2 986,90	7 317 897,10	2 779,72	6 810 320,41
TRQ MOÇAMBIQUE CS	49 998			27,23	1 361 259,95	25,52	1 276 148,27
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	66 998			27,02	1 810 331,96	25,52	1 710 038,69
Subtotal	119 446				10 489 489,01		9 796 507,37
1.2.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
ES FINANCIAL 8% 07/26/13 HTM		2 000 000,00	99,93%	100,0%	2 000 000,00	103,4%	2 067 879,78
ESPIRITO SANTO FINANCIER 7% 05/31/13		3 000 000,00	101,25%	99,8%	2 992 500,00	105,4%	3 160 623,29
Subtotal		5 000 000,00			4 992 500,00		5 228 503,07
Subtotal	119 446	5 000 000,00			15 481 989,01		15 025 010,44
Total	75 267 395	42 220 000,00			163 848 636,73		298 438 408,76
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	317,41	62 846,34
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	2,75	343,21
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	1,00	55 600,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	11,89	89 170,18
CASSEL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNDO	2 008			0,00	0,00	0,00	0,00
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			0,00	0,00	0,00	0,00
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			0,00	0,00	0,00	0,00
TELLUS	1 200			0,00	0,00	0,00	0,00
VILATÊXTIL SOC IND TÊXTIL	16			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	121 826				216 842,46		207 960,73

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
BANCO BIC TESOVARIA	272 188			5,51	1 500 000,00	5,60	1 525 231,82
CIMOVEL	561 147			5,35	3 000 004,09	5,37	3 012 629,90
ES LOGISTICA	80 000			5,00	400 000,00	5,00	400 000,00
ES TRADING FUND	10 000			104,80	1 048 000,00	104,28	1 042 800,00
FUNDO DE INVEST. IMOB. CORPUS CHRISTI	11 650			997,51	11 620 936,46	992,51	11 562 701,89
FUNGERE (UP)	1 595 600			3,18	5 075 124,92	3,17	5 059 168,92
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	10 075			997,11	10 045 409,87	994,23	10 016 417,09
IMOPRIME FUNDO DE INV IMOB FECHADO	20 695			974,26	20 162 642,94	956,44	19 793 815,81
Subtotal	2 561 355				52 852 118,28		52 412 765,43
Subtotal	2 683 181				53 068 960,74		52 620 726,16
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT 0% 03/21/14 REPO		8 250 000,00	96,83%	96,2%	7 935 551,19	96,8%	7 988 475,00
PT OT 3,35% 10/15/15		1 000 000,00	98,26%	97,6%	975 750,00	99,0%	989 667,12
PT OT 3,35% 10/15/15 HTM REPO		16 500 000,00	94,02%	93,9%	15 486 621,89	94,7%	15 629 163,96
PT OT 3,35% 10/15/15 REPO		2 000 000,00	98,26%	97,6%	1 952 860,91	99,0%	1 979 334,25
PT OT 3,6% 10/15/14		2 000 000,00	100,28%	98,1%	1 962 000,00	101,0%	2 020 689,04
PT OT 3,6% 10/15/14 HTM REPO		5 000 000,00	96,96%	96,8%	4 841 439,90	97,7%	4 885 773,60
PT OT 4,2% 10/15/16		2 175 000,00	98,22%	95,2%	2 069 512,50	99,1%	2 155 447,35
PT OT 4,2% 10/15/16 HTM REPO		3 000 000,00	94,08%	94,0%	2 819 150,54	95,0%	2 848 948,24
PT OT 4,35% 10/16/17 HTM REPO		1 500 000,00	92,58%	92,5%	1 387 211,51	93,5%	1 402 325,81
PT OT 4,45% 06/15/18		200 000,00	92,66%	84,1%	168 286,00	95,1%	190 162,33
PT OT 4,75% 06/14/19 HTM REPO		3 250 000,00	90,93%	90,8%	2 952 226,75	93,6%	3 041 007,58
PT OT 4,8% 06/15/20 HTM REPO		12 000 000,00	89,68%	89,6%	10 750 455,23	92,3%	11 079 419,65
PT OT 4,95% 10/25/23		100 000,00	84,25%	74,2%	74 150,00	85,2%	85 158,63
PT OT 6,4% 02/15/16 HTM REPO		2 500 000,00	99,83%	99,8%	2 495 322,70	105,4%	2 635 610,91
PT OT 6,4% 02/15/2016		1 327 492,00	103,78%	101,4%	1 346 740,63	109,4%	1 452 019,09
PT OT 6,4% 02/15/2016 REPO		672 508,00	103,79%	101,4%	682 085,04	109,5%	736 220,66
Subtotal		61 475 000,00			57 899 364,79		59 119 423,22
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3,5% 07/13		3 100 000,00	98,75%	98,9%	3 065 000,00	100,4%	3 113 567,81
Subtotal		3 100 000,00			3 065 000,00		3 113 567,81
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3,25% 01/15 HTM REPO		4 500 000,00	93,12%	92,9%	4 178 455,56	96,2%	4 330 673,47
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	55,56%	100,2%	2 004 000,00	55,6%	1 111 916,50
BCP 04/14 5,625% HTM		3 500 000,00	93,74%	90,2%	3 158 472,48	97,7%	3 418 878,14
BCP 3,75% 10/16 HTM		3 000 000,00	87,01%	84,6%	2 538 121,53	87,9%	2 636 683,78
BCP 9,25% 10/14		1 300 000,00	106,50%	106,5%	1 384 500,00	108,5%	1 410 526,71
BCP PL FLOAT 02/13		100 000,00	99,28%	94,7%	94 700,00	99,4%	99 383,83
BRISA 6,875% 04/18 REPO		2 500 000,00	105,31%	99,5%	2 487 157,60	107,0%	2 675 793,75
CXGD 3,625% 07/14 REPO		3 000 000,00	99,54%	100,5%	3 014 987,49	101,2%	3 034 795,07
CXGD 4,25% 01/20 REPO		2 500 000,00	91,93%	99,8%	2 494 282,55	95,9%	2 396 536,89
CXGD 5,125% 02/14		3 300 000,00	100,88%	102,9%	3 397 066,12	105,3%	3 474 895,49
CXGD 5,625% 12/15		2 000 000,00	102,78%	99,7%	1 993 280,00	103,2%	2 063 821,92
EDP FINANCE 3,25% 03/15 REPO		3 000 000,00	100,03%	99,7%	2 991 396,46	102,6%	3 078 215,76
EDP FINANCE 4,75% 09/26/2016 REPO		3 000 000,00	103,00%	103,4%	3 103 453,62	104,2%	3 127 479,45
EDP FINANCE 5,5% 02/14 REPO		1 000 000,00	102,93%	99,3%	993 279,04	107,7%	1 076 886,61
PORTUGAL TELECOM 5,875% 04/18		200 000,00	103,26%	99,3%	198 670,88	104,5%	208 924,38
PORTUGAL TELECOM 5,875% 04/18 REPO		10 000 000,00	103,26%	99,5%	9 947 097,54	104,5%	10 447 895,84
REFER 4% 03/16/15 HTM		5 000 000,00	93,72%	89,8%	4 488 529,39	96,9%	4 845 039,82
SEMAPA 20/04/2016		700 000,00	89,25%	99,5%	696 500,00	89,6%	627 208,40
EMASA		5 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
P.CAVALEIROS		17 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.AGROS		4 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.TÊXTIL		7 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Dep Prazo EUR BES					71 823 162,36		71 865 282,70
Dep Prazo EUR MG					36 022 165,53		36 303 723,67
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					70 000 000,00		70 007 291,67
Dep Prazo EUR BCP					5 526 561,27		5 526 561,27
Dep Prazo EUR Barclays					5 000 000,00		5 122 787,50
Dep Prazo EUR BBVA					22 500 000,00		22 542 008,70
Subtotal		50 634 000,00			260 035 839,42		261 433 211,32
Subtotal		115 209 000,00			321 000 204,21		323 666 202,35
Total	2 683 181	115 209 000,00			374 069 164,95		376 286 928,51

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
Designação						Unitário	Total
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
C BUZI	2 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C IND MATOLA	2 200			0,00	0,00	0,00	0,00
C MOÇAMBIQUE	3 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG NAUTICUS	500			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			0,00	0,00	0,00	0,00
CADA (AGRICULTURA)	2 100			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP SEG A NACIONAL	15 986			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL MORTAGE INVESTORS	600			0,00	0,00	0,00	0,00
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			0,00	0,00	0,00	0,00
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			0,00	0,00	0,00	0,00
NAVANG	448			0,00	0,00	0,00	0,00
NOCAL (CERVEJAS)	2 508			0,00	0,00	0,00	0,00
PETRANGOL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,00	0,00	0,00	0,00
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			0,00	0,00	0,00	0,00
SONEFE	573			0,00	0,00	0,00	0,00
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	127 740				0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ZBCAPITAL LUXEMBOURG SICAR	100			1 000,00	100 000,00	989,55	98 955,00
DBX S&P 500 EUR HEDGED ETF	120 000			21,10	2 532 457,02	21,33	2 559 720,00
ES RENDIMENTO PLUS	1 675 600			7,48	12 525 947,80	7,46	12 499 808,44
EUROFIN SICAV SIF	7 265			1 000,01	7 264 776,08	961,62	6 985 909,66
L&C UK PUBLIC SECTOR REAL ESTATE	9			901,49	8 365,74	881,00	8 175,59
L&C UK REAL ESTATE	21			1 190,68	25 277,42	1 155,00	24 519,96
UBAM NEUBERGER BERMAN US EQUITY	5 602			545,50	3 055 999,55	542,24	3 037 736,39
Subtotal	1 808 597	0,00			25 512 823,61		25 214 825,04
Subtotal	1 936 337	0,00			25 512 823,61		25 214 825,04
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 5,85% 01/22		900 000,00	104,13%	101,0%	909 030,06	109,5%	985 315,57
BTPS 5,5% 11/22		100 000,00	108,29%	107,9%	107 920,00	109,2%	109 194,11
BUNDES 1,75% 06/14/13 REPO		9 000 000,00	100,71%	100,9%	9 077 670,00	101,7%	9 149 751,37
BUNDES OBL 2,25% 04/10/2015 HTM REPO		1 000 000,00	100,77%	100,8%	1 007 936,61	102,4%	1 024 006,01
FRANCE OAT 4% 10/25/13 REPO		1 000 000,00	103,17%	102,9%	1 028 918,49	103,9%	1 039 042,47
IRISH GOVT 4,6% 04/16 HTM REPO		2 000 000,00	90,36%	90,1%	1 802 880,36	93,6%	1 871 936,21
LUXEMBOURG GOVT 3,75% 12/04/13 REPO		1 500 000,00	103,22%	102,6%	1 539 177,61	103,5%	1 552 548,75
NETHERLANDS GOVT 2,5% 01/17 HTM REPO		1 250 000,00	99,39%	99,4%	1 242 258,68	101,8%	1 272 406,67
NETHERLANDS GOVT 3,25% 07/15 HTM REPO		750 000,00	102,52%	102,6%	769 519,84	104,0%	780 204,74
NETHERLANDS GOVT 4,25% 07/13 REPO		5 000 000,00	102,21%	102,5%	5 123 981,40	104,2%	5 208 640,42
Subtotal	0	22 500 000,00			22 609 293,05		22 993 046,32
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
COMUNIDAD MADRID 4,75% 03/15		100 000,00	97,82%	93,5%	93 500,00	101,5%	101 460,84
EFSF 2,75% 12/16 HTM REPO		2 500 000,00	99,73%	99,7%	2 493 048,93	99,9%	2 498 026,38
EUROPEAN INVEST BANK 3,625% 10/15/13 REPO		2 000 000,00	102,72%	102,0%	2 040 803,36	103,5%	2 069 906,94
GENERALITAT DE CATALUNYA 3,875% 04/15		200 000,00	91,27%	85,6%	171 250,00	94,1%	188 230,41
PARPUBLICA 4,191% 10/14		500 000,00	98,53%	96,8%	484 150,00	99,4%	497 045,64
Subtotal	0	5 300 000,00			5 282 752,29		5 354 670,21
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABERTIS 4,625% 10/16 REPO		8 000 000,00	105,23%	102,4%	8 193 710,45	106,2%	8 497 228,49
AIR FRANCE - KLM 6,25% 01/18		700 000,00	104,38%	99,5%	696 157,00	104,7%	732 662,67
ALLIED IRISH BANKS 5,625% 11/12/14		200 000,00	100,72%	99,4%	198 700,00	101,5%	202 958,27
ASCENDI FINANCING 8,75% 07/13 HTM		1 000 000,00	99,91%	100,0%	1 000 000,00	104,3%	1 043 006,86
BANK OF IRELAND 4,625% 04/13		100 000,00	100,00%	93,8%	93 825,00	103,4%	103 383,22
BANKIA SA FLOAT 13		100 000,00	96,28%	85,3%	85 300,00	96,3%	96 285,53
BASF 1,5% 10/18 REPO		4 000 000,00	101,97%	102,0%	4 078 560,00	102,3%	4 093 598,91
BBVA 3,5% 12/17 REPO		3 000 000,00	100,19%	100,0%	3 000 000,00	100,4%	3 013 223,33
CARREFOUR 1,875% 12/17		500 000,00	100,09%	99,6%	498 065,00	100,2%	500 758,22
CORP PROP INV 7,18% 09/01/2013		500,00	78908,59%	85730,9%	428 654,31	80722,6%	403 612,75

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
DAIMLER 1,75% 01/20 REPO		4 000 000,00	99,83%	99,3%	3 972 800,00	100,0%	4 000 871,23
DEXIA CREDIT LOCAL 5,375% 07/14		50 000,00	101,94%	86,0%	43 000,00	104,3%	52 169,17
DOURM 1 A		553 732,61	72,14%	99,2%	549 510,42	72,2%	399 525,01
ERSTE BANK 19/07/2017		7 000 000,00	90,69%	100,4%	7 031 229,42	90,9%	6 363 873,25
FIAT 7,75% 10/16		100 000,00	105,93%	102,2%	102 150,00	107,5%	107 522,47
GE CAPITAL EUR FUND FLOAT 05/17/21 REPO		2 000 000,00	92,18%	99,6%	1 992 766,11	92,2%	1 844 536,89
GOLDMAN SACHS FLOAT 01/30/17 REPO		8 000 000,00	94,85%	99,9%	7 988 343,00	94,9%	7 595 244,00
GOLDMAN SACHS FLOAT 05/23/16 REPO		3 000 000,00	95,92%	100,0%	2 998 707,76	96,0%	2 879 430,00
HBOS PLC 09/01/2016		5 500 000,00	96,48%	100,5%	5 527 821,64	96,5%	5 308 628,42
HIPOT 5 A2		239 395,23	73,00%	97,9%	234 367,93	73,0%	174 826,40
HSH NORDBANK AG 14/02/2017		5 000 000,00	90,18%	100,0%	5 001 108,56	90,3%	4 515 246,17
IBM CORP 1,375% 11/19/19		3 000 000,00	98,81%	98,9%	2 967 800,00	99,0%	2 968 926,57
JP MORGAN 12/10/2015		3 000 000,00	96,92%	100,3%	3 009 900,00	97,1%	2 911 583,33
KFW 0,875% 11/15/13 REPO		2 000 000,00	100,67%	100,3%	2 006 506,99	100,8%	2 015 645,48
KION 2006-1 A		502 224,62	60,00%	98,1%	492 858,50	60,1%	301 713,21
LEV FIN CAP II 02/09/2016		1 886 233,39	101,58%	97,6%	1 840 209,29	102,0%	1 923 150,75
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		3 000 000,00	72,38%	100,0%	3 000 300,00	72,5%	2 176 448,08
LTR INVEST FLOAT 10/16		4 000 000,00	100,00%	100,0%	4 000 035,00	100,1%	4 003 925,33
LTR INVEST FLOAT 10/2016		2 000 000,00	100,00%	100,0%	2 000 061,73	100,1%	2 001 962,67
MAGEL 3 A		503 690,40	69,66%	98,6%	496 638,74	69,7%	351 063,42
MAPFRE SA 5,125% 11/15		100 000,00	104,68%	100,0%	100 000,00	105,3%	105 315,85
MERRILL LYNCH & CO 14/09/2018		10 000 000,00	87,13%	99,9%	9 991 944,00	87,2%	8 715 961,39
METRO FINANCE 2,25% 05/18 REPO		1 000 000,00	101,84%	99,5%	994 880,00	102,0%	1 019 632,88
MONTE DEI PASCHI SIENA 4,125% 11/13		100 000,00	99,61%	97,3%	97 250,00	100,2%	100 174,07
MORGAN STANLEY FLOAT 04/13/16 REPO		5 000 000,00	94,92%	99,9%	4 993 394,74	95,1%	4 752 543,06
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		2 000 000,00	98,29%	102,7%	2 054 100,00	98,3%	1 965 983,13
PELIC 2 A		218 926,80	82,84%	98,6%	215 814,38	82,9%	181 407,88
PELICAN 3 A		777 602,82	62,00%	97,5%	758 066,55	62,0%	482 221,92
PSA FINANCE 4,25% 02/16		100 000,00	102,80%	95,7%	95 712,00	106,4%	106 399,73
RABOBANK 4,25% 04/14 REPO		2 000 000,00	104,94%	103,1%	2 062 477,74	107,9%	2 158 496,11
REFER 4% 03/16/15		100 000,00	90,44%	90,6%	90 625,00	93,6%	93 621,08
ROYAL BK SCOTLAND 49		4 500 000,00	98,61%	101,6%	4 572 126,00	98,8%	4 446 499,40
SANTANDER CONSUMER 3,25% 06/14		100 000,00	100,66%	99,9%	99 947,00	100,8%	100 753,95
SANTANDER CONSUMER FLOAT 09/28/2016 REPO		4 000 000,00	92,13%	100,1%	4 003 414,77	92,1%	3 685 595,33
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		3 000 000,00	83,13%	100,1%	3 003 895,80	83,1%	2 494 039,33
SOCIETE GENERALE 1% 12/19/17		4 000 000,00	99,85%	99,8%	3 991 340,00	99,9%	3 995 235,07
THEME 4 A		678 024,94	60,71%	97,2%	659 108,04	60,8%	411 961,23
UNICREDIT SPA 3,375% 01/18 REPO		1 000 000,00	100,88%	99,7%	996 870,00	101,1%	1 010 629,32
XSTRATA FINANCE 2,375% 11/18		1 000 000,00	100,12%	99,6%	996 080,00	100,4%	1 003 882,88
ISLANDSBANKI 25/11/2013		1 000 000,00	0,00%	100,9%	1 008 768,51	0,0%	0,00
C.ÁGUAS DA BEIRA		110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.MOÇAMBIQUE		120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
HIDRO E REVUE		24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Subtotal	0	113 610 584,81			114 314 901,38		107 413 363,71
Subtotal	0	141 410 584,81			142 206 946,72		135 761 080,24
Total	1 936 337	141 410 584,81			167 719 770,33		160 975 905,28
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Moeda							1 920,90
Subtotal	0	0,00			0,00		1 920,90
Total	4 619 518	256 619 584,81			541 788 935,28		537 264 754,69
3 - TOTAL GERAL	79 886 913	298 839 584,81			705 637 572,01		835 703 163,45



08. Divulgação das Políticas de Remuneração

**Melhor
Call Center
do Setor
Segurador**



A Tranquilidade foi distinguida pela Associação Portuguesa de Contact Centers pela qualidade do seu Contact Center – Linha de Clientes. A Companhia obteve o 1º lugar nos APCC Best Awards 2012, os maiores prémios do setor, sendo reconhecida pelo seu serviço de excelência.

08. Divulgação das Políticas de Remuneração

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º. 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

1. Política de Remuneração

1.1. Processo de aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da Tranquilidade é, nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, proposta pela Comissão de Vencimentos, sendo a mesma objeto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Mandato da Comissão de Vencimentos

Nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, a Comissão de Vencimentos define as condições e limites em que a remuneração fixa e variável dos Administradores da Tranquilidade é determinada.

A Comissão de Vencimento é atualmente composta por dois membros, eleitos pela Assembleia Geral de 28 de março 2012 para um mandato de quatro anos, que termina em 2015.

c) Composição da Comissão de Vencimentos

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Espírito Santo Financial Group, S.A., Bespar - SGPS, S.A. e Partran, SGPS, S.A.. Membro do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente entre outubro 2005 e dezembro 2006. Administrador do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003. Membro do *Board of Directors*, do *Human Resources e Compensation Committee* e do *Nominating and Governance Committee* da NYSE Euronext.

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Licenciado em Economia, com especialização em Direção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex Instituto de Estudos Superiores de Évora). Presidente da Banque Privée Espírito Santo S.A., Administrador Executivo do Banco Espírito Santo e Vice-Presidente da Espírito Santo Financial Group, S.A..

Em cada Assembleia Geral, encontra-se presente um representante da Comissão de Vencimentos.

d) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da Tranquilidade não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

1.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 12º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

1.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 26º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

1.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL n.º. 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo DL n.º. 224/2008, de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

1.5. Remuneração do Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração auferirá uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano.

1.6. Remuneração dos Membros Não Executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração auferem uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano.

Dando cumprimento à recomendação prevista no ponto IV.10 da Circular n.º. 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, aos membros não Executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração variável, auferindo apenas a remuneração fixa prevista no parágrafo anterior.

Os membros que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com a Tranquilidade, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades ou pela Tranquilidade, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

1.7. Remuneração dos Membros da Comissão Executiva

a) Igualdade de remunerações

Todos os membros da Comissão Executiva, sem prejuízo do disposto no n.º. 1 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade, auferem a mesma remuneração, com exceção do seu Presidente. Apenas a parte variável pode ser distinta entre os diversos membros da Comissão Executiva.

b) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Vencimento até ao final de março de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior, ou na sua falta, diretamente em sede de Assembleia Geral.

c) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos ou em sede de Assembleia Geral sendo que poderá representar até 80% da Remuneração Total Anual, não podendo nunca ser inferior a 40% desta.

Sem prejuízo do acima disposto, o valor a distribuir pelos membros dos órgãos sociais a título de remuneração variável, quando for atribuída, fica sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 23.º do Contrato de Sociedade, fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

d) Equilíbrio na remuneração

A parte variável representará, em média, cerca de 40% da remuneração, podendo atingir no limite cerca de 60% da remuneração total.

Em todo o caso, o montante exato da componente variável da remuneração oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, constantes do orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

e) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo. A remuneração variável é calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função do cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado.

O valor da remuneração variável é proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez em numérico e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, por parte dos membros da Comissão Executiva.

f) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros da Comissão Executiva assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado líquido do exercício;
- Rentabilidade dos capitais próprios;
- Rácio combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

g) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros da Comissão Executiva.

h) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros da Comissão Executiva.

i) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relacionadas com a cessação das suas funções.

j) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva, em caso de destituição sem justa causa.

k) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não são atribuídos aos membros da Comissão Executiva quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

2. Regime Complementar de Pensões ou de Reforma Antecipada - Principais Características

Os Administradores têm direito a uma pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem desempenhado esse cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade.

Para o efeito, encontra-se constituído um fundo de pensões, denominado "Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade" gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., do qual todos os Administradores da Tranquilidade são Participantes.

As principais características do Plano de Pensões constante no contrato constitutivo do fundo de pensões assinado entre a Entidade Gestora e os Associados (Tranquilidade) são as seguintes:

- O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se, em caso de velhice, na data em que o Administrador atinge a idade normal de reforma para efeitos da Segurança Social, atualmente fixado em 65 anos, ou em qualquer outra idade inferior, que de acordo com as normas da Segurança Social, seja possível, e ainda em caso de invalidez;
- O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os Administradores completarem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido essas funções na Tranquilidade por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados;
- O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

As pensões ou complementos de pensões a atribuir, às quais será sempre deduzida a pensão anual de reforma concedida pela segurança social e/ou qualquer sociedade financeira, nunca serão superiores ao salário pensionável do Administrador em causa. Para o efeito, o salário pensionável corresponde, a cem por cento da remuneração média mensal ilíquida dos últimos 36 meses que antecedem a data em que o Administrador entre na situação de reforma, multiplicada por 12.

O regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi objeto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral realizada em 27 de fevereiro de 2007.

Em virtude da entrada em vigor do novo Contrato Coletivo de Trabalho aplicável à atividade seguradora, o regulamento do fundo de pensões está atualmente a ser ajustado em conformidade, encontrando-se as alterações em análise no Instituto de Seguros de Portugal. Logo que as referidas alterações forem aprovadas, o mesmo será submetido à apreciação da Assembleia Geral conforme estipulado no Artigo 24º do Contrato de Sociedade.

3. Pagamentos Relativos à Destituição ou Cessação por Acordo de Funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Comissão de Vencimentos.

4. Quadro de Remunerações Pagas aos Membros dos Órgãos Sociais da Tranquilidade durante o Ano de 2012

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
Comissão Executiva			2 198,8
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	219,9	291,7	511,6
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	188,4	233,4	421,8
António Miguel Natário Rio-Tinto	188,4	233,4	421,8
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	188,4	233,4	421,8
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	188,4	233,4	421,8
Conselho de Administração			355,3
Rui Manuel Leão Martinho (Presidente)	73,5	-	73,5
Miguel Luís Kolback da Veiga	45,7	-	45,7
António José Baptista do Souto	45,7	-	45,7
Manrico Iachia	45,7	-	45,7
António Manuel Rodrigues Marques	109,7	-	109,7
Bernardo Leite Faria Espírito Santo	35,0	-	35,0
Conselho Fiscal			88,2
Alexandre Paixão Coelho (Presidente)	55,0	-	55,0
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	16,6	-	16,6
António Ricardo Espírito Santo Bustorff	16,6	-	16,6
Total Remunerações	1 417,0	1 225,3	2 642,3

Os valores indicados incluem as remunerações fixas ou variáveis auferidas pelos membros dos Órgãos de Administração pelo desempenho das suas funções nas restantes empresas do Grupo Tranquilidade (T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Seguros LOGO, S.A.), tendo sido efetuados processos de imputação de custos desse facto decorrentes.

Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave”

1. Âmbito de Aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Diretor Coordenador, Diretor-adjunto, Diretor de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direções de Risco Global e Controlo Interno e Direção de Auditoria), mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1.º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da Tranquilidade, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pela Comissão Executiva.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho – Presidente
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente da Comissão Executiva
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso – Comissão Executiva
António Miguel Natário Rio Tinto – Comissão Executiva
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno – Comissão Executiva
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente – Comissão Executiva
António José Baptista do Souto
Miguel Luís Kolback da Veiga
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques
Bernardo Leite Faria Espírito Santo

d) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração

a) Composição da remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a atividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média na Companhia, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

Em termos individuais, o peso da remuneração variável a considerar para cada ano não deverá exceder os 30% do valor total da remuneração.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

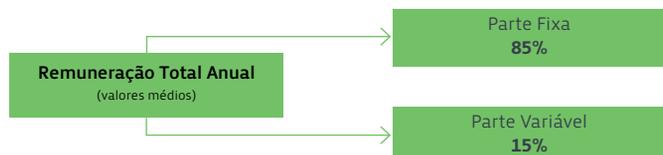
c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representa, em média para o conjunto dos Colaboradores da Companhia, cerca de 85% do total da remuneração, sendo os restantes 15% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Tranquilidade, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá, em média, um peso de aproximadamente 15% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado à Direção/ área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da RVA consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo;
- Orientação para o Cliente;
- Capacidade de negociação;
- Conhecimento dos produtos e serviços.

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo.

4. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o setor segurador.

5. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia de Seguros Tranquilidade, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

De igual modo e para efeitos do disposto no Capítulo VII. Grupos Financeiros, da Circular n.º. 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável relativamente aos Colaboradores das restantes empresas de seguro do Grupo Tranquilidade e respetivas filiais no exterior, sem prejuízo, neste último caso, dos eventuais ajustes à legislação local que se afigurarem necessários.

Anexo I – Declaração de Cumprimento (n.º 1 do Artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1 Adoção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos Clientes;			
I.2 Adequação da Política de Remuneração (PR) à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;			
I.3 Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.			
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)			
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;			
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;			
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;			
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;			
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.			
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1 A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;			
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;			
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;			Não há recurso, neste âmbito, à prestação de serviços externos por parte de consultores.
III.4 A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;			
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.			
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade;			Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas. Não existem critérios não financeiros na avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo;			
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo;			Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)			
IV.4			Tendo presente o peso dos valores máximos considerados para a remuneração variável, bem como os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.
IV.5			Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6			
IV.7			Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8			Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9			Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos			
IV.10			
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11			Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1			
V.2			Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3			
V.4			Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5			
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6			O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7			Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave			
V.8	Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções;		
V.9	Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.		
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1	A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si;		
VI.2	A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;		
VI.3	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.		
VII. Grupos Financeiros			
VII.1	A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.		
VII.2	A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.		Estes princípios encontram-se devidamente consagrados na Política de Remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave da Companhia de Seguros Tranquilidade, em relação à T-Vida, Companhia de seguros, S.A. e Seguros LOGO, S.A..
VII.3	As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.		No futuro, o cumprimento dos mesmos será também avaliado pelas funções de controlo em relação às restantes empresas sujeitas à supervisão do ISP, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. detenha uma participação qualificada
VII.4	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.		



09. Certificação Legal
das Contas e Relatório e
Parecer do Conselho Fiscal

*Melhor Grande
Seguradora
Não Vida*



A Tranquilidade foi distinguida como a “Melhor Grande Seguradora Não Vida” pela Revista Exame. Esta é já a quarta vez que a Companhia é galardoada, desde que a iniciativa foi criada, em 2000.

09. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de **1.184.609** milhares de euros e um total de capital próprio de **327.117** milhares de euros, incluindo um resultado líquido de **18.457** milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

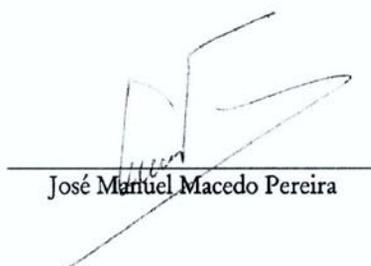
OPINIÃO

- 7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 12 de Março de 2013



José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas da
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

No âmbito das nossas atribuições acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2012 a atividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração, à Comissão Executiva, e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, nomeadamente, pelas funções de Auditoria Interna, Gestão de Risco Global, Controlo Interno e "Compliance", de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das ações de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Pudemos, assim, constatar com satisfação que a Companhia continuou a adotar uma política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, mantendo na sua atividade operacional e financeira uma política de minimização de riscos particularmente recomendável na atual conjuntura.

Em 2012 o Capital Próprio diminuiu em 53.186 milhares de euros relativamente ao ano anterior ascendendo a 327.117 milhares de euros. Esta diminuição é justificada sobretudo pela variação da Reserva de

13 ↓

14

Reavaliação e também pela redução do Resultado Líquido conforme explicado no parágrafo 2.4.9 do Relatório de Gestão. O rácio de solvabilidade situou-se em 526% o que compara com 671% registado em 2011.

A nossa ação no exercício de 2012 incidiu com particular interesse e detalhe sobre o planeamento e implementação das ações a decorrer para a adaptação da Companhia ao novo regime de Solvência II e às suas consequências para a atividade seguradora, nomeadamente, nos desenvolvimentos em curso na Companhia nas áreas da Gestão de Risco Global, de Controlo Interno, de "Compliance" e de Auditoria interna, tendo em vista a adoção das melhores políticas e práticas geralmente aceites a nível internacional e, ainda, em consonância com os requisitos regulamentares aplicáveis.

Para além disso, acompanhámos regularmente os esforços da Comissão Executiva para prosseguir de forma equilibrada a implementação de uma estratégia de internacionalização e de crescimento da sua quota do mercado interno, em paralelo com a adoção de uma política de gestão prudente tendo em vista minimizar os inevitáveis efeitos da grave crise financeira internacional dos últimos anos e cujos desenvolvimentos têm vindo a marcar negativamente e de forma significativa todos os setores de atividade e, em particular, o setor segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia no quadriénio 2012-2015.

Após o final do exercício de 2012 procedemos à apreciação do respetivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspetos mais



relevantes que caracterizaram a atividade da Companhia durante o ano findo em 31 de dezembro de 2012.

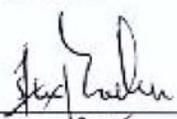
Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou ainda, o teor da Certificação Legal das Contas do exercício de 2012, datada de 12 de Março de 2013, emitida pelo referido Revisor Oficial de Contas sobre as demonstrações financeiras com a qual concorda.

Como resultado das ações de fiscalização exercidas, acima resumidas, e em consonância com as respetivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. aprove:

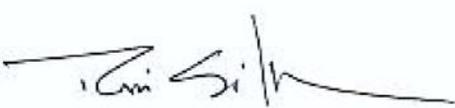
- a) O Relatório de Gestão, datado de 5 de fevereiro de 2013 e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 que integram o respetivo Relatório e Contas apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2012, no montante de 18.457.216, 49 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão acima referido.

Lisboa, 15 de março de 2013

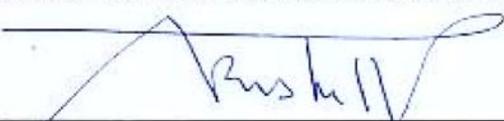
O Conselho Fiscal



Alexandre da Paixão Coelho – Presidente



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira – Vogal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Vogal



